

AUSTRAL / Re

Demonstrações Financeiras Anuais
Em 31 de dezembro de 2023

Austral Resseguradora S.A.

Demonstrações Financeiras Anuais

31 de dezembro 2023

Sumário

Relatório da Administração	3
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.....	6
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	8
Parecer dos atuários independentes	13
Balanços patrimoniais	17
Demonstrações do Resultado.....	19
Demonstrações do Resultado Abrangente	20
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	21
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	22
Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais.....	23

Relatório da Administração

Em atendimento às disposições legais e regulamentares, apresentamos as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Contexto Organizacional

A Austral Resseguradora S.A. ("Companhia") obteve aprovação da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para iniciar suas operações com resseguro e retrocessão em 1º de fevereiro de 2011, por meio da Portaria SUSEP nº 3.908.

A Companhia é uma resseguradora local, que oferece, além da capacidade em resseguro, um serviço voltado à necessidade de seus clientes, com uma subscrição técnica e responsável, viabilizando eficiência na alocação de capital e o desenvolvimento do mercado, associado a uma gestão de risco constante e criteriosa.

Em 28 de abril de 2023, a AM Best, agência global de avaliação de riscos do segmento de Financeira (FSR) para seguros e resseguros, elevou o rating de Força "A-" (Excelente) e o Rating de Crédito de Longo Prazo (ICR de Longo Prazo) para "a-" (Excelente) do Grupo Austral. A perspectiva do Grupo foi destacada como estável.

Na avaliação da AM Best, o upgrade refletiu a melhoria na condição da força do balanço patrimonial consolidado do Grupo Austral, caracterizado pela agência como "*strongest*". O relatório destaca, ainda, o amplo programa de gerenciamento de riscos e a redução na exposição nas linhas de negócio que apresentam maior volatilidade, além da sólida estratégia de retrocessão para proteção e mitigação dos riscos que assume.

Desempenho das Operações

A seguir os principais números e indicadores da Austral Resseguradora, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

(Valores em milhões de reais, exceto quanto aos percentuais)

Descrição	31/12/2023	31/12/2022	Variação	Variação (%)
Prêmios Emitidos Líquidos	2.322,0	1.659,2	662,8	39,9%
Prêmios Ganho	2.016,1	1.454,5	561,6	38,6%
Sinistros Ocorridos	(1.780,1)	(1.349,4)	(430,7)	31,9%
Despesas Administrativas	(64,1)	(58,9)	(5,2)	8,8%
Resultado Financeiro	52,7	34,7	18,0	51,9%
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	29,4	39,5	(10,1)	(25,6%)
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício (Sem Otis)	56,8	39,5	17,3	43,8%
Patrimônio Líquido	383,5	360,7	22,8	6,3%
Índice de Despesas Administrativas	2,8%	3,5%	(0,7 p.p)	
Índice de Sinistralidade	88,3%	92,8%	(4,5 p.p)	

Índice de Sinistralidade (Sem Otis)	83,8%	92,8%	(9,0 p.p)
Índice Combinado	101,1%	99,3%	1,8 p.p
Índice Combinado (Sem Otis)	99,2%	99,3%	(0,1 p.p)

Prêmios

Os prêmios de resseguros líquidos de comissão atingiram R\$ 2.322,0 milhões no exercício de 2023, representando um aumento de R\$ 662,8 milhões (39,9%) em relação ao mesmo período do exercício de 2022. Esse aumento se deu principalmente nos ramos Patrimonial, Transportes e Aceitação Exterior. Os prêmios ganhos também apresentaram um crescimento relevante quando comparados ao exercício anterior, alcançando o valor de R\$ 2.016,1 milhões, o que retrata um incremento de R\$ 561,6 milhões (38,6%) em relação ao mesmo período do exercício de 2022. O índice de despesas administrativas foi de 2,8% (3,5% em 31 de dezembro de 2022).

Sinistralidade

O índice de sinistralidade foi fortemente impactado pelo furacão Otis no México, que, apesar deste evento, o índice no exercício de 2023 ficou em 88,3% dos prêmios ganhos, contra 92,8% no mesmo período do ano anterior. Expurgando os números do Otis deste índice, a sinistralidade de 2023 ficaria em 83,8%, refletindo o trabalho contínuo de melhoria nos processos de subscrição da Companhia. Essa redução foi influenciada principalmente pelos ramos Patrimonial e Automóvel.

Índice Combinado

Com reflexo da sinistralidade, o índice combinado também foi fortemente impactado pelo furacão Otis, passando de 99,3% no ano de 2022 para 101,1% em 2023. Sem o efeito do furacão, este índice fecharia 2023 0,1 p.p. abaixo de 2022, em 99,2%.

Resultado Financeiro e Solvência

A política de investimentos da Companhia, adequada à realidade dos seus negócios e aderente aos normativos vigentes, gerou um resultado financeiro de R\$ 52,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 34,7 milhões em 31 de dezembro de 2022), aumento derivado, principalmente, ao aumento das aplicações financeiras decorrente da geração de caixa e das posições denominadas em moedas estrangeiras da Companhia.

Os Administradores declaram que a Companhia possui capacidade financeira que viabiliza as perspectivas para os próximos exercícios. Ademais, declaram não haver nesse exercício qualquer título ou valor mobiliário classificado na categoria “mantidos até o vencimento”.

Lucro e Patrimônio Líquido

Como consequência dos fatores mencionados acima, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 29,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 39,5 milhões em 31 de dezembro de 2022). É de suma importância destacar o impacto do furacão Otis (Categoria 5) no lucro líquido de cerca de R\$ 27,4 milhões. Sem o Otis, o Lucro Líquido do ano teria alcançado R\$ 56,8 milhões. O

patrimônio líquido da Companhia encerrou o exercício de 2023 em R\$ 383,5 milhões (R\$ 360,7 milhões no mesmo período de 2022).

Política de Distribuição de Dividendos e de Reinvestimento

De acordo com o seu Estatuto Social, aos seus acionistas é assegurado o direito de receber, como dividendo mínimo obrigatório, a parcela equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia possui uma política de reinvestimento, onde poderá manter a reserva de lucros estatutária denominada “Reserva de Investimento”, que terá por fim financiar a expansão das atividades, inclusive por meio da subscrição de aumento de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual será formada com até 100% (cem por cento) do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias, até o limite de 100% (cem por cento) do capital social, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingência, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social subscrito da Companhia.

Honorários Auditores Independentes

Com relação aos auditores independentes, a KPMG Auditores Independentes Ltda. presta serviços de auditoria para o Grupo Austral e os valores contratuais no ano de 2023, brutos de tributos, totalizam R\$ 1.440.915. Durante o exercício de 2023, foram pagos R\$ 1.607.880 (R\$ 1.147.738 referente ao exercício de 2023 e R\$ 460.142 referente ao exercício de 2022).

Agradecimentos

Por fim, a Companhia, agradece à sua equipe pelo empenho e dedicação, à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e às demais autoridades do setor pelo apoio e pelas orientações oferecidas ao longo deste exercício, bem como aos clientes, parceiros, fornecedores e acionistas pela confiança depositada.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2024.

Administração.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Aos Srs. Membros dos Conselhos de Administração da Austral Participações S.A. e da Austral Resseguradora S.A.

Rio de Janeiro - RJ

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) da Austral Participações S.A., instituído nos termos da regulamentação aplicável, e cuja atuação abrange a Austral Resseguradora S.A. (Austral Resseguradora ou “Companhia”), funciona em conformidade com o seu estatuto social da Companhia e com o regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração.

Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração em suas funções de auditoria e fiscalização e manifestar-se sobre (i) a qualidade, adequabilidade e fidedignidade das demonstrações contábeis, (ii) a eficácia do sistema de controles internos, e (iii) a efetividade das auditorias interna e independente, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e políticas internas.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em um plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento interno, que incluiu, principalmente: (i) reuniões com a Alta Administração e com os principais gestores; (ii) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de *compliance*; (iii) avaliação do planejamento, do escopo e da efetividade dos trabalhos executados pela auditoria interna; (iv) avaliação do escopo, desempenho, efetividade e independência dos auditores independentes; e (v) avaliação da estrutura, funcionamento e efetividade dos sistemas de controles internos e *compliance* e de gerenciamento de riscos, bem como da qualidade e integridade das demonstrações contábeis.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, é da Administração da Austral Resseguradora. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações contábeis, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e *compliance*.

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações contábeis e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Austral Resseguradora.

O Comitê atua por meio de reuniões, nas quais conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

O Comitê estabeleceu com os auditores independentes canal regular de comunicação, tendo tomado ciência do plano anual de trabalho e dos trabalhos realizados e seus resultados, inclusive do Relatório dos Auditores Independentes que está sendo emitido nesta data. O Comitê também avaliou a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades devem ser exercidas.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações contábeis, e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.

O Comitê manteve reuniões regulares com o Diretor-Presidente e com outros Diretores da Austral Resseguradora e, nessas reuniões, teve a oportunidade de apresentar sugestões e recomendações à Administração sobre assuntos relacionados às áreas que estão no âmbito de sua atuação.

O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Austral Resseguradora ou a fidedignidade de suas contábeis.

Cumpridas as suas atribuições, na forma acima descrita, o Comitê é de opinião que as demonstrações contábeis da Austral Resseguradora S.A., correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, devidamente auditadas pela KPMG Auditores Independentes, estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2024

Leonardo de Assis Portugal
Presidente

Paulo Pereira Ferreira
Membro

Paulo Roberto Batista Machado
Membro



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da

Austral Resseguradora S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Austral Resseguradora S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Austral Resseguradora S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Provisões técnicas de resseguros e ativos de retrocessão

Veja as Notas 3.4, 3.8 e 13 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia realiza o teste de adequação de passivos e possui as seguintes provisões técnicas relacionadas a contratos de resseguros: Provisão de Sinistros ou Eventos Ocorridos mas não Avisados ("IBNR") e Provisão de Prêmios não Ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos ("PPNG – RVNE"), além das respectivas recuperações ativas de retrocessão relativas a essas provisões técnicas.</p> <p>Tais provisões técnicas, seus respectivos ativos de retrocessão, bem como o teste de adequação de passivos, efetuado com base em métodos estatísticos e atuariais, requerem julgamento da Companhia na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, expectativa de sinistros, percentuais estimados dos contratos de resseguros, persistência, experiência histórica de pagamento de sinistros, estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas de juros. Devido à relevância dessas provisões técnicas, dos ativos de retrocessão, e o impacto que eventuais mudanças nas premissas de cálculo poderiam causar nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.</p>	<p>Com base em amostragem, nossos procedimentos de auditoria das provisões técnicas de resseguros e ativos de retrocessão incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">- avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados com os processos de determinação e mensuração da Provisão de Sinistros ou Eventos Ocorridos mas não Avisados ("IBNR"), da Provisão de Prêmios não Ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos ("PPNG – RVNE") e do teste de adequação dos passivos.- com o suporte técnico de nossos especialistas da área atuarial, avaliamos as metodologias, a consistência das bases de dados e as premissas utilizadas nos cálculos atuariais, tais como expectativa de sinistros, percentuais estimados dos contratos de resseguros, persistência, experiência histórica de pagamento de sinistros, estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas de juros, utilizadas na mensuração da IBNR, PPNG – RVNE e do teste de adequação dos passivos e avaliamos se o nível de provisionamento atual da Companhia encontra-se dentro de um intervalo aceitável, bem como efetuamos, com base em amostragem, recálculo independente das referidas provisões, e do teste de adequação dos passivos. <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança e administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e

consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

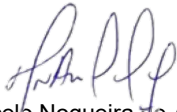
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6



KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Parecer dos atuários independentes

Aos Administradores e Acionistas da
Austral Resseguradora S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Austral Resseguradora S.A. (“Companhia”), em 31 de dezembro de 2023, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da AUSTRAL RESSEGURADORA S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.



Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da AUSTRAL RESSEGURADORA S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Austral Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2023 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.



Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2024.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Daniela Sedel', with a long horizontal line extending to the right.

Daniela Sedel



Anexo I

AUSTRAL RESSEGURADORA S.A.

(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas, ativos de retrocessão e créditos com retrocessionários	31/12/2023
Total de provisões técnicas auditadas	2.830.165
Total de ativos de retrocessão	1.702.703
Total de créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros	129.953
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas(*)	31/12/2023
Provisões Técnicas auditadas (a)	2.830.165
Valores redutores auditados (b)	1.888.460
Total a ser coberto (a-b)	941.705
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2023
Capital Base (a)	60.000
Capital de Risco (CR) (b)	278.528
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	278.528
4. Demonstrativo da Solvência	31/12/2023
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	357.470
Ajustes Econômicos do PLA	23.479
Exigência de Capital (CMR) (b)	278.528
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	78.942
Ativos Garantidores (d)	1.067.408
Total a ser Coberto (e)	941.705
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	125.703
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Grupos SUSEP)	31/12/2023
01, 02, 03, 04, 05, 06, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22	28.418
20	71.046
07	71.046

Balancos Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		3.437.874	2.392.791
Disponível		29.500	33.368
Aplicações financeiras	5	560.234	444.265
Créditos das operações com resseguros	7	1.175.343	825.908
Operações com seguradoras		983.658	694.014
Operações com resseguradoras		191.685	131.894
Ativos de resseguro e retrocessão	13	1.604.789	1.034.390
Títulos e créditos a receber	8	31.793	26.557
Títulos e Créditos a receber		9.955	9.243
Créditos tributários e previdenciários		21.235	16.826
Outros créditos		603	488
Outros valores e bens		6.705	6.689
Despesas antecipadas		905	140
Custos de aquisição diferidos	9	28.605	21.474
Não circulante		714.312	494.139
Realizável a longo prazo		696.713	477.045
Aplicações financeiras	5	516.785	334.056
Créditos das operações com resseguros	7	19.945	12.100
Operações com seguradoras		19.945	12.100
Ativos de resseguro e retrocessão	13	97.914	70.443
Títulos e créditos a receber	8	50.383	52.944
Custos de aquisição diferidos	9	3.558	2.694
Outros valores e bens		8.128	4.808
Imobilizado		1.136	1.395
Intangível	10	16.463	15.699
Total do ativo		4.152.186	2.886.930

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras anuais.

AUSTRAL/Re

Balanços Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Passivo	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		3.570.470	2.381.746
Contas a pagar		26.872	16.884
Obrigações a pagar		21.848	10.156
Impostos e encargos sociais a recolher		3.236	3.693
Encargos trabalhistas		1.719	1.721
Impostos e contribuições		69	1.312
Outras contas a pagar		-	2
Débitos das operações com resseguros		814.265	503.110
Prêmio a restituir		9.662	4.794
Operações com seguradoras		7.568	6.467
Operações com resseguradoras	11	756.161	458.679
Corretores de seguros e resseguros		35.043	27.530
Outros débitos operacionais		5.831	5.640
Depósito de terceiros	12	75.170	42.565
Provisões técnicas	13	2.652.684	1.817.301
Outros débitos		1.479	1.886
Débitos diversos		1.479	1.886
Não circulante		198.187	144.496
Contas a pagar		87	-
Obrigações a pagar		87	-
Débitos das operações com resseguros		12.911	12.292
Operações com resseguradoras	11	12.159	12.048
Corretores de seguros e resseguros		752	244
Provisões técnicas	13	177.481	128.446
Outros débitos		7.708	3.758
Patrimônio líquido	16	383.529	360.688
Capital social		338.669	338.669
Reserva de capital		5.624	4.934
Reserva de lucros		44.288	29.722
Ajuste de avaliação patrimonial		(5.052)	(12.637)
Total do passivo e patrimônio líquido		4.152.186	2.886.930

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras anuais.

AUSTRAL/Re

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações - em reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Prêmios emitidos		2.322.038	1.659.159
Variações das provisões técnicas		(305.939)	(204.615)
Prêmios ganhos	21/22.a	2.016.099	1.454.544
Sinistros ocorridos	22.b	(1.780.095)	(1.349.440)
Custos de aquisição	22.c	(46.589)	(36.762)
Outras receitas e despesas operacionais	22.d	(16.292)	(18.649)
Resultado com retrocessão	22.e	(95.656)	42.505
Despesas administrativas	22.f	(64.128)	(58.921)
Despesas com tributos	22.g	(35.602)	(23.638)
Resultado financeiro	22.h	52.742	34.689
Receitas financeiras		347.895	393.036
Despesas financeiras		(295.153)	(358.347)
Resultado patrimonial	22.i	14.861	17.000
Perda com ativos não correntes		-	10
(=) Resultado antes dos impostos e participações		45.340	61.338
Imposto de renda	19	(5.808)	(8.999)
Contribuição social	19	(3.697)	(6.046)
Participações sobre o lucro		(6.408)	(6.821)
(=) Lucro líquido do exercício		29.427	39.472
Quantidade de ações		313.597.651	313.597.651
Lucro por lote de mil ações - em reais	20	0,0938	0,1258

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras anuais.

AUSTRAL/Re

Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício		<u>29.427</u>	<u>39.472</u>
Ativos financeiros disponíveis para venda		7.585	(6.620)
Varição valor justo ativos financeiros disponíveis para venda	5.c	12.641	(11.020)
Efeito do imposto de renda e contribuição social	8.b	<u>(5.056)</u>	<u>4.400</u>
Total de resultados abrangentes do exercício, líquido dos impostos		<u>7.585</u>	<u>(6.620)</u>
Total de resultados abrangentes do exercício		<u><u>37.012</u></u>	<u><u>32.852</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras anuais.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Capital social	Capital social (em aprovação)	Reserva de capital	Reservas de lucros		Ajuste TVM	Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	251.763	86.906	2.072	1.128	6.122	(6.017)	-	341.974
Aumento de capital social (aprovado conforme portaria Susep nº 7.941)	86.906	(86.906)	-	-	-	-	-	-
Ganho não realizado nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	(6.620)	-	(6.620)
Incentivo baseado em ações (Nota 17)	-	-	2.862	-	-	-	-	2.862
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	39.472	39.472
Proposta para distribuição do resultado								
Distribuição Juros Sobre Capital Próprio (Nota 16 c)	-	-	-	-	-	-	(17.000)	(17.000)
Constituição Reserva Legal (Nota 16 c)	-	-	-	1.974	-	-	(1.974)	-
Constituição Outras Reservas de Lucro (Nota 16 c)	-	-	-	-	20.498	-	(20.498)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	338.669	-	4.934	3.102	26.620	(12.637)	-	360.688
Saldos em 31 de dezembro de 2022	338.669	-	4.934	3.102	26.620	(12.637)	-	360.688
Perda não realizada nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	7.585	-	7.585
Incentivo baseado em ações (Nota 17)	-	-	690	-	-	-	-	690
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	29.427	29.427
Proposta para distribuição do resultado								
Distribuição Juros Sobre Capital Próprio (Nota 16 c)	-	-	-	-	-	-	(14.861)	(14.861)
Constituição Reserva Legal (Nota 16 c)	-	-	-	1.471	-	-	(1.471)	-
Constituição Outras Reservas de Lucro (Nota 16 c)	-	-	-	-	13.095	-	(13.095)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	338.669	-	5.624	4.573	39.715	(5.052)	-	383.529

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras anuais.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	29.427	39.472
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	4.233	3.477
Perda de valor recuperável	759	1.177
Provisões técnicas líquidas de ativos de retrocessão	1.477.018	1.128.426
Outros ajustes	4.197	(336)
	<u>1.515.634</u>	<u>1.172.216</u>
Variações nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	(291.115)	(112.347)
Créditos das operações com resseguros	(360.164)	(165.123)
Títulos e créditos a receber	(711)	(3.377)
Custos de aquisição diferidos	(7.995)	(5.132)
Impostos e contribuições	(4.410)	7.033
Outros créditos	(897)	(3.365)
Débitos de operações com resseguros	313.901	120.075
Contas a pagar	11.775	21.440
Depósitos de terceiros	32.605	(4.550)
Sinistros pagos	(1.190.469)	(959.899)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(17.471)	(19.883)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	<u>683</u>	<u>47.088</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(192)	(922)
Aquisição de intangível	(2.006)	(1.364)
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento	<u>(2.198)</u>	<u>(2.286)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de juros sobre capital próprio	-	(28.900)
Arrendamentos	(2.353)	(2.320)
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento	<u>(2.353)</u>	<u>(31.220)</u>
Aumento/(Redução) Líquido (a) no Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>(3.868)</u>	<u>13.582</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	33.368	19.786
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	29.500	33.368

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras anuais.

1. Contexto operacional

A Austral Resseguradora S.A. (“Companhia”), com sede no Brasil e matriz localizada na Avenida Bartolomeu Mitre, 336 - 3º andar, Leblon, na cidade do Rio de Janeiro, é uma sociedade de capital fechado e tem por objeto a exploração de operações de resseguros e retrocessão em todos os ramos de seguros, conforme definidos na legislação vigente, em todo o território nacional, podendo participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

A Companhia é controlada pela Austral Participações S.A., a qual é detentora da totalidade das ações.

1.1. Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A Companhia opera com resseguros nas modalidades automático e facultativo, tanto proporcionais, quanto não-proporcionais. A atuação ocorre em praticamente todas as linhas de negócio, com riscos pulverizados nos mercados nacional e internacional com foco na América Latina, onde conta com seu escritório em Bogotá, Colômbia.

Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outro, total ou parcialmente, um risco assumido através da emissão de uma apólice ou um conjunto delas. Dessa forma, reduz-se a responsabilidade na aceitação de um risco considerado excessivo, cedendo a outro uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa manter a solvência dos seguradores, através da diluição dos riscos, quando há a possibilidade de grande sinistralidade, como na ocorrência de grandes tragédias, por exemplo. Em alguns casos, por força de contrato ou regulação, o resseguro passa a ser obrigatório.

A Companhia opera em praticamente todas as linhas de negócio com contratos automáticos e facultativos:

- Contrato Automático – São operações de resseguro nas quais a cedente cede ao ressegurador uma carteira de riscos ou apólices, podendo a cedente subscrever essas apólices de forma automática de acordo com regras, condições e prazos previamente estabelecidos em contrato.
- Resseguro Facultativo – São operações de resseguro nas quais a cedente cede ao ressegurador uma parcela dos riscos ou apólices individualmente, ou seja, caso a caso. Desta forma, o ressegurador terá a faculdade de analisar e aceitar cada risco ou apólice de forma individual.

Dentre os contratos automáticos, a Companhia atua tanto com contratos proporcionais (principalmente contratos de cota-parte ou de excedente de responsabilidade), como com contratos não proporcionais (principalmente excesso de Danos, mas também com alguns contratos de *Stop Loss*).

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Anuais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

As principais linhas de negócio de resseguros com atuação da Companhia são listadas a seguir:

i. Patrimonial (property e engenharia)

Refere-se a cobertura de danos suscetíveis a avaliação financeira objetiva. Subdivide-se em danos emergentes, definidos como aquilo que o patrimônio do prejudicado efetivamente perdeu (abrangem os danos materiais e os prejuízos financeiros), e em perdas financeiras, definidas como redução ou eliminação de expectativa de aumento do patrimônio.

É a principal linha de negócio da Companhia, principalmente para contratos automáticos no Brasil e na América Latina.

ii. Marine & Energy

O Seguro Marítimo ("Marine") tem por finalidade garantir indenizações por perdas ou danos a embarcações e seus acessórios, bem como às mercadorias nelas embarcadas, frete, lucro esperado ou quaisquer outros interesses que possam ser monetariamente mensurados. A cobertura estende-se a qualquer tipo de modalidade de navegação, seja ela em águas marítimas, fluviais ou lacustres.

O Seguro de Riscos de Petróleo ("Energy") garante cobertura para bens, equipamentos e responsabilidade civil, decorrente dos riscos ligados às operações de prospecção, perfuração e produção de petróleo e/ou gás, em terra ("onshore") e no mar ("offshore").

iii. Responsabilidade Civil (Casualty)

As principais linhas consideradas nesse segmento são: Responsabilidade Civil Geral e Responsabilidade Civil Proporcional – E&O e D&O.

Responsabilidade Civil é a obrigação legal de reparar danos, imposta àquele que pelos mesmos for responsável. O Seguro de Responsabilidade Civil garante ao segurado, responsável por danos causados a terceiros, o pagamento e/ou reembolso das reparações que for condenado a pagar, atendidas as disposições do contrato, além do reembolso de despesas emergenciais efetuadas para tentar evitar e/ou minorar os danos.

iv. Garantia (Surety Bonds)

O Seguro Garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado.

A Companhia opera apenas com contratos automáticos nesta linha de negócio. Atualmente as principais modalidades são Garantia Judicial (principalmente no Brasil), Garantia de Performance e Fiança Locatícia.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Anuais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

v. Automóvel

A Companhia opera com alguns contratos de resseguro para automóveis no país, principalmente com cedentes (seguradoras) pequenas e médias, que desejam reduzir sua volatilidade ou obter um alívio na necessidade de capital regulatório.

vi. Aeronáutico

Trata-se de uma linha de negócio altamente especializada, onde a Companhia atua, no Brasil e na América Latina, em parceria com uma agência de subscrição de riscos terceirizada, a qual, acreditamos, detém expertise e histórico no segmento.

vii. Outras linhas de Property & Casualty

Contratos automáticos de riscos diversos, riscos de segurança cibernética, e outras linhas eventuais, buscando manter níveis confortáveis de retrocessão. Em negócios facultativos, a Companhia também participa de negócios de transporte de valores, linha na qual possui boa experiência e capacidade de análise.

viii. Pessoas (Vida e Acidentes Pessoais)

Contratos automáticos de vida e acidentes pessoais e alguns riscos facultativos de vida em grupo (quando os grupos são grandes, os modelos de precificação se assemelham muito aos aplicáveis aos contratos automáticos).

A atuação da Companhia em resseguros de ramos de pessoas engloba tanto a proteção de carteiras existentes das seguradoras quanto o auxílio na criação de novos produtos ou coberturas.

Estes seguros têm por objetivo garantir o pagamento de indenização, observadas as condições contratuais e as garantias contratadas. São exemplos de seguros de pessoas: Seguro de Vida, Seguro Funeral, Seguro de Acidentes Pessoais, Seguro Educacional, Seguro Prestamista, Seguro de Diária por Internação Hospitalar, Seguro Desemprego (perda de renda).

Os Seguros de Pessoas podem ser contratados de forma individual ou coletiva. Nos seguros coletivos, os segurados aderem a uma apólice contratada por um estipulante, que tem poderes de representação dos segurados perante a seguradora, nos termos da regulamentação vigente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras anuais

As demonstrações financeiras anuais foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações, da Resolução CNSP nº 453 de 19 de dezembro de 2022 e suas alterações, dos pronunciamentos técnicos, das orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, do Comitê de Pronunciamentos Atuariais - CPA, quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, “práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP”.

A autorização para conclusão da elaboração das demonstrações financeiras anuais foi concedida pelo Conselho da Companhia em 26 de fevereiro de 2024.

2.1. Base de mensuração

Os valores apresentados nas demonstrações financeiras anuais estão expressos em reais - (R\$), e foram arredondados para milhares de reais (R\$ 000), exceto quando indicado de outra forma. Essas demonstrações foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos passivos de arrendamento, que foram reconhecidos pelo valor presente das obrigações, e dos seguintes itens, que foram reconhecidos no balanço patrimonial a valor justo:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 7); e
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo (nota 7).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o real (R\$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera. As transações em moeda estrangeira foram convertidas pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data da transação ou do dia útil imediatamente anterior. Ganhos ou perdas de conversão de saldos resultantes da liquidação de tais transações foram reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens de operação caracterizada como investimento no exterior. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira foram convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio vigente na data do fechamento do balanço e as diferenças decorrentes da conversão foram lançadas diretamente contra o resultado do exercício.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia estão resumidas a seguir:

3.1. Disponível

Refere-se ao dinheiro em caixa e saldos positivos em contas corrente, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são recursos utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.2. Instrumentos financeiros

A Companhia aplica a norma CPC 38 – Instrumentos financeiros (IAS 39 – *Financial Instruments: Recognition and Measurement*) e contabiliza seus instrumentos financeiros, como descrito a seguir:

- **Derivativos**

Trata-se de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados a proteção de riscos associados com a variação das taxas de juros e taxas de câmbio. As operações com derivativos são registradas e negociadas na B3 – Brasil, Bolsa Balcão.

Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as respectivas variações são registradas no resultado e estão classificadas na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para a valorização dos instrumentos financeiros derivativos, são usadas cotações de preço de mercado para determinar o valor justo desses instrumentos. O valor justo dos contratos de futuro é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa.

- **Mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. A Companhia tem sua carteira administrada pela Vinci Gestora de Recursos Ltda e seus ativos são registrados contabilmente pelo valor justo com base na marcação de preços em mercado ativo.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Para os títulos públicos, os valores de mercado foram determinados com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As quotas dos fundos de investimentos são valorizadas com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço conforme informado pelos Administradores dos respectivos fundos de investimento. Os valores de mercado dos fundos listados em carteira foram obtidos a partir dos preços negociados na B3.

- **Disponíveis para venda**

São classificados nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados na categoria anterior. Após o reconhecimento inicial, esses ativos são mensurados pelo valor justo e as variações que não sejam decorrentes de perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

- **Recebíveis**

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses da data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis originados de contratos de seguros, resseguros e retrocessão, tais como saldo de prêmios a receber, são classificados nesta categoria e são mensurados, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, valorizados pelo custo amortizado, deduzido da provisão de redução ao valor recuperável - *impairment*.

- **Reconhecimento e mensuração inicial**

Os recebíveis são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (exceto contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento são mensurados inicialmente ao preço da operação.

- **Desreconhecimento**

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.3. Custos de aquisição diferidos

As despesas de comissão de resseguro são registradas quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio de resseguro relacionado.

3.4. Ativos e passivos de resseguro e retrocessão

Os ativos de retrocessão são representados por valores a receber de resseguradores para os quais a Companhia tenha transferido parte de sua exposição, carteira ou negócios, sendo registrados nos curto e longo prazos dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento dos ativos junto aos retrocessionários. Os ativos de retrocessão são avaliados consistentemente com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro ou retrocessão, e de acordo com os termos e condições de cada contrato de resseguro. Os passivos a serem pagos aos resseguradores e retrocessionários são compostos, substancialmente, por prêmios a pagar em contratos de resseguros e retrocessão.

A Companhia analisa a recuperação dos ativos de retrocessão regularmente, e, no mínimo, a cada data de reporte, com base em estudo específico, em linha com as determinações da Circular SUSEP nº 648/21. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, reduz o valor contábil do ativo de retrocessão ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do exercício.

A Companhia utilizou as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, SUSEP, Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e pelo CPC 11 / IFRS 4 - Contratos de Seguros, para avaliação das suas operações e constituição das provisões técnicas para garantia de seus contratos de retrocessão, aplicando regras e procedimentos para mensuração e acompanhamento de seus contratos de resseguros e retrocessão.

3.5. Salvados e ressarcimentos

Para as operações de resseguros, a Companhia apresenta metodologia para constituir estimativa de recebimento de salvados e ressarcimentos em nota técnica atuarial, sendo esta contabilização um redutor das provisões de sinistros. A estimativa corresponde exclusivamente à expectativa de recebimento de salvados e ressarcimentos junto aos segurados de sinistros ainda não pagos.

Adicionalmente, não são considerados como redutor das provisões de sinistros a expectativa de recebimento de salvados e ressarcidos relativa aos sinistros já liquidados, sendo, nesse caso, registrada no ativo. No caso de liquidação parcial, a expectativa de recebimento está limitada ao valor da parcela do sinistro correspondente ainda pendente de pagamento.

Os valores de salvados e ressarcimentos provenientes das operações de resseguros são reconhecidos no balanço de acordo com os valores informados diretamente pela cedente.

3.6. Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

3.7. Intangível

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimentos implementados em softwares de terceiros que são diretamente usados pela Companhia são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos incorridos no desenvolvimento e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento inicialmente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada. Caso haja indicativo de perda de valor recuperável, testes de *impairment* são aplicados, a fim de indicar eventuais necessidades de ajuste do valor do ativo intangível.

3.8. Provisões técnicas

As provisões técnicas para garantia dos contratos de resseguros são constituídas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades seguradoras e resseguradoras e estão de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e CPC 11/IFRS 4 – Contratos de Seguro.

Todas as metodologias adotadas para cálculo das provisões técnicas apresentam descrição em nota técnica atuarial desenvolvida pelo atuário responsável técnico.

- **Provisão de prêmios não ganhos – PPNG**

É constituída para a cobertura de valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base do cálculo, contemplando a estimativa para contratos vigentes e não emitidos.

Para cálculo da parcela de riscos vigentes já emitidos, utilizam-se metodologias diferenciadas para cada tipo de contrato de resseguro, em linha com as normas e orientações e com a exposição ao risco de cada contrato e obedecidos os critérios estabelecidos em legislação vigente.

Estima-se o total de provisão de prêmios não ganhos referente aos riscos vigentes e não emitidos para os contratos facultativos e não proporcionais a partir da utilização das taxas médias de atraso históricas verificadas na carteira. Para o cálculo desta parcela, aplicam-se os fatores de atraso médio subjetivamente selecionados sobre a provisão de prêmios não ganhos referente aos riscos vigentes emitidos, da data-base correspondente, de forma que qualquer inconsistência verificada nos testes de consistência da provisão para os meses anteriores seja mais rapidamente ajustada à provisão.

Em relação à parcela de provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos de contratos proporcionais, realiza-se o diferimento uma vez consideradas as características atreladas aos riscos dos respectivos prêmios proporcionais lançados, uma vez que esses são apurados a partir dos prêmios efetivos, informados nas contas técnicas, e dos prêmios estimados dos contratos.

- **Provisão de sinistros a liquidar – PSL**

Corresponde à melhor estimativa dos valores de sinistros administrativos e judiciais que serão indenizados, considerando suas posições mais recentes conforme atualização da cedente e análises internas. Os valores que constituem a provisão de sinistros a liquidar contemplam as atualizações monetárias dos sinistros e todas as expectativas de salvados e ressarcimentos relacionados.

- **Provisão de sinistros ocorridos e não avisados – IBNR**

A provisão de IBNR, consiste na melhor estimativa atuarial do montante de sinistros administrativos e judiciais já ocorridos, mas ainda não reportados à Companhia até a data-base de cálculo.

A Companhia estima sua provisão utilizando metodologia própria de desenvolvimento de sinistros através dos métodos de Chain Ladder e Bornhuetter-Ferguson, e analisa a aderência da estimativa via testes de consistências mensais. Apenas para contratos específicos, a Companhia utiliza metodologia de sinistralidade esperada na apuração de reserva de IBNR.

A Companhia avalia suas provisões regularmente de forma a adaptar seu modelo para suas diferentes linhas de negócio, sendo este devidamente descrito em Nota Técnica Atuarial.

- **Provisão de despesas relacionadas – PDR**

É constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

- **Provisão de excedente técnico – PET**

A provisão de excedente técnico tem como objetivo provisionar os valores devidos pela Companhia, de acordo com o resultado dos contratos que apresentam cláusula de participação nos lucros, no *claim bonus* ou cláusula de comissão escalonada (*sliding scale*).

A provisão de excedente técnico é realizada por contrato, de acordo com critérios específicos previamente definidos entre as partes, e ajustada ou revertida à medida que os valores provisionados são efetivamente liquidados.

- **Teste de adequação de passivo – TAP**

Em cada data de balanço (semestralmente), a Companhia avalia as obrigações decorrentes dos contratos de seguros, resseguro e retrocessão, vigentes na data-base através do teste de adequação de passivos. O teste de adequação de passivo é realizado, a partir da utilização de métodos estatísticos e atuariais, aplicando metodologias correspondentes às parcelas do passivo a fim de obter a melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros projetados. As estimativas dos fluxos de caixa são preparadas em diversas moedas além do Real e Dólar. Especificamente para operações em moeda nacional, utiliza-se a ETTJ (Estrutura a Termo das Taxas de Juros – evolução das taxas pagas sobre investimentos em renda fixa no Brasil) livre de risco pré-fixada da Associação Brasileira de Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais – AMBIMA disponibilizada pelo site da SUSEP para as estimativas dos fluxos de caixa em valores nominais. Do mesmo modo, para as estimativas decorrentes dos fluxos de caixa em dólar, utiliza-se a curva de cupom cambial disponibilizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Uma vez que a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP não disponibiliza curvas específicas para as demais moedas em que a Companhia opera, a Companhia estimou uma curva para cada moeda individualmente, de forma que todos os fluxos fossem trazidos a valor presente a partir da aplicação da curva de desconto específica referente à sua respectiva moeda de emissão.

As premissas de sinistralidade utilizadas para projeção de sinistros futuros oriundos dos negócios vigentes na data-base do estudo têm como base uma análise criteriosa da carteira e resultados históricos internos e de mercado em cada linha de negócio. O fluxo de despesas relacionadas aos sinistros futuros é resultado da análise de métricas de percentuais históricos. É projetado nesse estudo um fluxo de despesas administrativas para manutenção dos negócios vigentes até o término da obrigação.

Em resumo, o resultado do teste de adequação de passivo indicou que as provisões constituídas deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis relacionados são suficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de seguro vigentes.

Além disso, a comparação entre a provisão de prêmios não ganhos constituída, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados, com o valor presente dos fluxos de sinistros a ocorrer da Companhia, não demonstrou necessidade de constituição da provisão complementar de cobertura.

3.9. Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos deduzidos de quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

A Companhia utiliza como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para obter o ativo com valor similar ao ativo objeto do arrendamento, por prazo, garantia e cenários econômicos semelhantes aplicados individualmente a cada contrato de acordo com as estimativas projetadas como prazo de arrendamento.

3.10. Provisões judiciais

As provisões são constituídas a partir de análises individualizadas, efetuadas pelo departamento jurídico interno e pela assessoria jurídica externa, dos processos judiciais em curso com provável desembolso futuro. As alterações de estimativas dos processos e os honorários de sucumbência são registradas respectivamente nas linhas de indenizações avisadas e despesas de sinistros, e as atualizações monetárias no resultado financeiro.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

3.11. Benefícios a empregados

- **Pós emprego e convencionais**

A Companhia não possui benefícios na modalidade pós-emprego, mantendo apenas os benefícios previstos nas convenções coletivas sindicais tais como o plano para participação nos lucros - PLR, o qual está vinculado a atingimento de metas globais, departamentais e individuais que são estabelecidas e acordadas para cada exercício.

- **Plano de incentivo baseado em ações**

Os incentivos baseados em ações são mensurados e reconhecidos a valor justo na data em que as opções foram outorgadas, em conta específica no patrimônio líquido e na demonstração do resultado, conforme as condições contratuais. O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido ao longo do exercício em que as condições de serviço são cumpridas, com término na data em que o beneficiário adquire o direito completo à ação (data de aquisição).

3.12. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas com base nas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras anuais.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos em decorrência das diferenças temporárias, levando-se em consideração a expectativa da Administração sobre a existência de resultados tributáveis futuros para que as diferenças temporárias sejam realizadas.

Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados, quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro, lançados pela mesma autoridade tributária.

3.13. Redução ao valor recuperável

- **Recebíveis**

A Companhia avalia periodicamente se há evidências de risco de inadimplência nos valores de prêmios a receber, ressarcimentos e sinistros a recuperar através de uma análise individualizada dos contratos vencidos acima de 180 dias. A metodologia empregada para determinar o risco considera o prazo de vencimento, o fluxo de pagamentos da contraparte, a qualidade do seu score de crédito e informações fornecidos pelas cedentes, histórico de perdas e provisões de sinistros a liquidar que possibilitem compensação de contas. Se, em períodos subsequentes, houver redução da provisão do valor recuperável, o montante da redução é reconhecido no resultado.

- **Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda**

Nas datas das demonstrações financeiras anuais, os ativos financeiros disponíveis para venda, significativos ou não, são avaliados quanto à possibilidade de perda de valor recuperável. Havendo evidência objetiva de perda no valor recuperável em decorrência de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo e se esse evento (ou eventos) de perda tiver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser confiavelmente estimado, o montante da redução é reconhecido no resultado.

- **Outros ativos**

Quando há evidência clara da ocorrência de perda de valor recuperável de ativos contabilizados ao custo amortizado, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas), descontada à taxa de juros efetiva original. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

3.14. Resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera:

- **Prêmios e comissões**

Os prêmios de resseguros são contabilizados e reconhecidos no resultado com base na vigência e emissão dos contratos.

Os prêmios de resseguros e as despesas de comercialização oriundos de facultativos e não proporcionais são registrados no momento da aceitação do contrato ou no início de vigência, o que ocorrer primeiro, sendo a parcela de prêmio ganho reconhecida no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

Para os contratos proporcionais, o prêmio efetivamente cedido ao ressegurador é reconhecido em data posterior ao início de vigência do contrato, conforme emissão da cedente. Assim, a emissão do prêmio e das despesas de comercialização pela Companhia são realizadas uniformemente ao longo da vigência do contrato, utilizando o prêmio estimado informado pela cedente no momento da aceitação do mesmo, salvo quando é divulgada alguma sazonalidade de emissão de prêmios da cedente. A Companhia pode aplicar um fator de corte nos valores estimados de prêmios, de acordo com estudo interno elaborado. Além disso, os prêmios estimados já reconhecidos são ajustados à medida que os prêmios efetivos são informados.

Os prêmios relativos aos contratos de retrocessão cedida são registrados como prêmios cedidos e diferidos e apropriados por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos, conforme metodologia descrita em nota técnica atuarial. Os prêmios de resseguros e retrocessão e as correspondentes despesas de comercialização são reconhecidos no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

- **Sinistros**

Os sinistros de resseguros e de retrocessões compreendem as indenizações e todas as despesas estimadas a incorrer na sua regulação e liquidação.

3.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações financeiras anuais requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento da Administração na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados diferentes em períodos subsequentes.

No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras anuais.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Anuais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

- Valor justo dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado e disponíveis para a venda (nota 5);
- Crédito das operações com resseguros - Redução do valor recuperável (nota 7);
- Avaliação de ativos e passivos de contratos de seguros, resseguro e retrocessão (nota 4);
- Créditos tributários (nota 8);
- Custos de aquisição diferidos (nota 9);
- Salvados e ressarcimentos – Redução do valor recuperável (nota 8);
- Provisões judiciais (nota 15); e
- Provisões técnicas (nota 13).

3.16. Dividendos

Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao apreciar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido, e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras.

3.17. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício, excluindo quaisquer ações em tesouraria que tenham sido objeto de recompra durante o exercício.

O objetivo do resultado diluído por ação é fornecer uma medida da participação de cada ação ordinária e preferencial no desempenho e, ao mesmo tempo, refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras em circulação durante o exercício.

O cálculo da média ponderada das ações ordinárias, considera:

- Quantidade de ações em circulação (líquida das ações em tesouraria); e
- Opções de ações exercíveis.

3.18. Normas, interpretações e orientações novas e revisadas

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023 e não tiveram impacto material nos montantes divulgados ou nas respectivas divulgações no exercício atual nem em exercícios anteriores:

- Alterações ao CPC 27 / IAS 16 – Imobilizado – Receitas;
- Alterações ao CPC 25 / IAS 37 – Contratos onerosos; e
- Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (CPC 37 R1).

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo CPC, mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro 2023:

- **CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos financeiros**

A partir de 1º de janeiro de 2024, entra em vigor a circular SUSEP nº 678, de 10 de outubro de 2022 que, entre outras providências, aprova a norma emitida pelo comitê de pronunciamentos contábeis CPC 48 - Instrumentos financeiros, em substituição ao pronunciamento CPC 38 / IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração, com algumas adaptações.

O CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos financeiros inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge.

Mensuração de perdas de crédito esperadas

O modelo estabelecido pelo CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos financeiros para reconhecimento de *impairment* é baseado nas perdas de crédito esperadas, substituindo o modelo estabelecido pelo CPC 38/IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração, que é baseado nas perdas de crédito incorridas.

Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de inadimplência da contraparte, uma vez apurados os históricos de perdas observadas e o rating atribuído pelas agências de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Como mencionado anteriormente, as principais alterações em relação a norma emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis introduzidas pela circular SUSEP nº 678, de 10 de outubro de 2022, dizem respeito à rubrica de Prêmios a receber e Provisão de prêmios não ganhos de resseguro, onde:

(a) A redução ao valor recuperável de Prêmios a receber deverá ser constituída:

- Preferencialmente, a partir da experiência de perda histórica de agrupamentos de prêmios a receber, exclusivamente para riscos decorridos; ou
- A partir da análise do risco de inadimplência do crédito, nas situações em que esta opção seja mais aderente à operação da supervisionada.

(b) A redução ao valor recuperável da Provisão de prêmios não ganhos de resseguro deverá ser constituída se:

- Houver evidências objetivas, como resultado de evento que ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo por contrato de resseguro, que a cedente possa não receber todo o valor relacionado a ele nos termos do contrato; e
- O impacto desse evento no valor que a cedente tem a receber do ressegurador pode ser mensurado de forma confiável.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Anuais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

Com exceção da conta de Provisão de prêmios não ganhos, a redução ao valor recuperável de contas de ativo cuja contraparte seja um ressegurador deverá ser calculada a partir do risco de inadimplência de cada ressegurador, o qual deverá considerar, no mínimo:

- O histórico de perdas com o ressegurador;
- Análise prospectiva da capacidade de pagamento do ressegurador; e
- Eventuais divergências ou litígios referentes à cobertura do contrato de resseguro que possam resultar em valores a receber pela cedente inferiores ao inicialmente contabilizado.

A Circular SUSEP nº 678, de 10 de outubro de 2022 estabelece que a partir de 2024, o estudo técnico passa a ser exigido para todas as supervisionadas.

Classificação dos instrumentos financeiros

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

- Ativos financeiros mensurados a VJR: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do Resultado (VJR). O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, possíveis ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros mensurados ao VJORA: Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Em 1º de janeiro de 2024, as mudanças trazidas pelo CPC 48 / IFRS 9 quanto a classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros, não impactaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

• CPC 50 / IFRS 17 - Contratos de Seguros

O IFRS 17 foi emitido em maio de 2017 e estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. O IFRS 17 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2023.

O normativo acima será aplicável quando adotados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não tenham entrado em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Anuais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

A Companhia não concluiu suas análises sobre os impactos do IFRS supracitado.

Adicionalmente, a norma a seguir não deverá ter um impacto material nas demonstrações financeiras anuais da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações:

- **Estrutura conceitual para relatório financeiro – CPC 00 (R2).**

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) que ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes às novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras anuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Gestão de risco de resseguro e risco financeiro

A Companhia adota como definição da estrutura de gestão de risco o conjunto de componentes que fornecem os fundamentos e os arranjos organizacionais que possibilitem: a concepção, implementação, monitoramento, análise crítica e melhoria contínua da gestão de riscos através de toda organização.

Os procedimentos de gestão de risco têm como base as melhores práticas definidas no *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO e Enterprise Risk Management – ERM*, em sua versão 2017, cujas etapas de avaliação do ambiente de controle; avaliação de riscos; atividades de controle; atividades de monitoramento; e informação e comunicação são realizadas levando em consideração a natureza, escala e complexidade de nossas operações. O COSO é reconhecido como uma referência internacional no tema e esta versão vem ao encontro das melhores práticas, alinhando o gerenciamento de risco com a estratégia da Companhia.

A Companhia também utiliza o conceito de três linhas de defesa, recém atualizado pelo Instituto de Auditores Internos – IIA, a fim de determinar papéis, responsabilidades e governança dentro de todo o processo de gestão de risco.

A gestão de risco possui relação direta com os objetivos da Companhia, impactando nas estratégias de negócios, na definição de seus controles operacionais internos e na busca da excelência na gestão empresarial.

Os prêmios emitidos por região, são distribuídos da seguinte forma:

Região	31/12/2023	31/12/2022
Internacional	4.576	2.437
América Latina (ex. Brasil)	398.219	295.507
Brasil	2.202.837	1.555.004
Total (*)	2.605.632	1.852.948

* Montantes brutos de comissão e sem RVNE.

a) Gestão de risco de Subscrição

Um dos principais riscos nas operações de seguros e resseguros é a possibilidade das condições de aceitação estabelecidas para um determinado risco serem inadequadas diante das responsabilidades efetivamente assumidas ou das provisões técnicas se mostrarem insuficientes. Um dos fatores de risco associado de maior relevância é a frustração de expectativas quanto a frequência e/ou valores a pagar de sinistros, o que implicaria em possível insuficiência dos prêmios e/ou provisões para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas frente aos clientes e/ou no incremento da constituição de reservas a fim de que os valores provisionados sejam suficientes para cobertura destas obrigações.

A Companhia adquire retrocessão como parte do seu programa para redução de volatilidade e ampliação de capacidade. A retrocessão cedida é colocada em bases proporcionais e não proporcionais. Na retrocessão proporcional, os riscos (prêmios e sinistros) são cedidos na mesma proporcionalidade. Para as retrocessões não proporcionais, as retrocessionárias se comprometem a indenizar o valor do sinistro que excede um determinado limite (prioridade) contratualmente acordado, minimizando assim a perda. Valores a recuperar junto às retrocessionárias estão estimados de forma consistente em todas as provisões técnicas, de acordo com os contratos de retrocessão.

Para a gestão dos riscos de subscrição de resseguros, a Companhia mantém políticas, diretrizes e procedimentos operacionais para avaliação de subscrição de riscos direcionadas para cada um dos grupos de ramos em que opera. A política de subscrição norteia a tomada de decisões e as ações e os procedimentos adotados para avaliação de riscos a serem subscritos. Os parâmetros adotados para a elaboração de orçamento e definição das metas (produção, comissionamento, sinistralidade, resultado, entre outros) levam em consideração as premissas de gestão de risco e, portanto, são atingíveis, sustentáveis e condizentes com a estrutura e capital e visam a geração de lucros estáveis e contínuos. Além disso, a diversificação da carteira, bem como o monitoramento constante desta e do mercado para eventuais ajustes faz parte da estratégia de mitigação dos riscos de subscrição.

A Companhia subscreve riscos em diversos grupos de ramos, considerando os fatores técnicos de cada ramo e contrato. A política de subscrição é suportada pelas diretrizes de subscrição de riscos da carteira, procedimentos de subscrição e pelo regime de alçadas decisórias, documentos estes formalmente aprovados, periodicamente revisados e devidamente divulgados a todos os envolvidos. Para fins de precificação dos riscos da carteira, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis e que respeitem as rentabilidades mínimas estabelecidas pela Companhia, são adotadas ferramentas de precificação atualizadas periodicamente e que fazem uso das melhores práticas de modelagens, consolidadas na comunidade atuarial. Dentre as principais metodologias de precificação encontram-se: avaliação histórica de resultado, análise de atrito e severidade de sinistro, exposição, perfil, rentabilidade e experiência.

Análise de sensibilidade

Para a realização da análise de sensibilidade da sinistralidade, adotou-se como premissa o agravamento de 10% em relação a sinistralidade incorrida por ramo no ano corrente. Adicionalmente, para todos os grupamentos em que a sinistralidade for negativa para o ano em questão, foi utilizada a premissa de sinistralidade igual a 10% para fins de análise.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Anuais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

As tabelas abaixo apresentam os valores de variação dos sinistros ocorridos brutos e líquidos de retrocessão, considerando as seguintes sinistralidades para cada ramo de atuação:

	31/12/2023		
	Base	Cenário 10,0%	Impacto
Efeitos brutos de retrocessão			
Patrimônio líquido	383.529	283.415	(100.114)
Lucro líquido do exercício	29.427	(70.687)	(100.114)
Impacto (%) no resultado do exercício			(340,2%)
Impacto (%) no patrimônio líquido			(26,1%)
Efeitos líquidos de retrocessão			
Patrimônio líquido	383.529	328.941	(54.588)
Lucro líquido do exercício	29.427	(25.161)	(54.588)
Impacto (%) no resultado do exercício			(185,5%)
Impacto (%) no patrimônio líquido			(14,2%)
31/12/2022			
	Base	Cenário 10,0%	Impacto
Efeitos brutos de retrocessão			
Patrimônio líquido	360.688	289.720	(70.968)
Lucro líquido do exercício	39.472	(31.496)	(70.968)
Impacto (%) no resultado do exercício			(179,8%)
Impacto (%) no patrimônio líquido			(19,7%)
Efeitos líquidos de retrocessão			
Patrimônio líquido	360.688	316.650	(44.038)
Lucro líquido do exercício	39.472	(4.566)	(44.038)
Impacto (%) no resultado do exercício			(111,6%)
Impacto (%) no patrimônio líquido			(12,2%)

b) Gestão de riscos financeiros

A política de investimentos da Companhia define as diretrizes para a alocação dos recursos em títulos e valores mobiliários, bem como o monitoramento dos riscos inerentes à carteira de investimentos.

Os investimentos são pautados em análises de cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazo, sendo observadas as principais variáveis da economia brasileira e mundial, tais como: expectativas de evolução das taxas de juros, inflação, câmbio, crescimento da economia, entre outras.

Em suas decisões de investimento, a Companhia considera a necessidade de caixa e o gerenciamento dos seus ativos e passivos, seguindo uma postura conservadora com relação ao crédito de suas contrapartes e nos investimentos realizados. A gestão de riscos dos investimentos financeiros é realizada diariamente através de análise e monitoramento da carteira.

O comitê de investimentos da Companhia, se reúne com frequência para analisar a performance da carteira, discutir cenários prospectivos e, com isso, definir as linhas gerais para alocação dos investimentos.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Anuais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

Os riscos financeiros podem ser divididos em quatro categorias de risco principais: mercado, crédito, liquidez e cambial. As informações a seguir serão apresentadas conforme cada categoria mencionada.

1) Risco de Mercado

É definido como a possibilidade de perdas resultantes da variação de preços de mercado dos ativos e passivos da Companhia.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value-at-Risk* (VaR), um dos métodos mais tradicionais na gestão deste risco, que consiste numa métrica estatística de avaliação que estima a perda potencial máxima que a carteira poderia sofrer, em um determinado período, com um determinado intervalo de confiança, se consideradas condições normais de mercado.

Análise de sensibilidade

A Companhia monitora, diariamente, o risco de mercado e sistêmico da sua carteira de investimentos, através do *Value-at-Risk* (VaR) com intervalos de confiança de 95% (noventa e cinco por cento) e 99% (noventa e nove por cento), nos modelos de simulação com dados históricos e paramétrico, no horizonte de tempo de 1 dia e 252 dias úteis.

Além disso, a Companhia realiza teste de estresse na variável de juros, maior componente da carteira de investimentos, assim como no câmbio, a ser visto no item 4) desta nota, risco cambial.

(i) Carteira de investimentos

Segundo a análise do VaR, tais investimentos poderiam gerar pelo método histórico, com janela de observação de 252 dias úteis, *holding period* de um dia e com nível de confiança de 95%, uma perda de 0,12% do total de ativos da carteira em 31 de dezembro de 2023 (0,52% em 31 de dezembro de 2022), que equivale a R\$ 893. Com nível de confiança de 99%, observou-se uma perda de 0,22% do total de ativos da carteira em 31 de dezembro de 2023 (0,78% em 31 de dezembro de 2022), que equivale a R\$ 1.638.

Ao utilizar o método paramétrico, considerando o VaR com janela de observação de 252 dias úteis, *holding period* de um dia e nível de confiança de 95%, observou-se uma perda 0,13% do total de ativos da carteira em 31 de dezembro de 2023 (0,55% em 31 de dezembro de 2022), que equivale a R\$ 968. Com nível de confiança de 99%, observou-se uma perda de 0,20% do total de ativos da carteira em 31 de dezembro de 2023 (0,78% em 31 de dezembro de 2022), que equivale a R\$ 1.489.

Além das avaliações do VaR, também são levadas em consideração na performance e alocação de ativos na carteira de investimento, cenário estressado da taxa de juros básica da economia, a SELIC e a taxa implícita dos títulos indexados à inflação. Para tanto, foram considerados os seguintes cenários base, provável e estressados (variação positiva e negativa de 25% e 50% da taxa SELIC, além de variação positiva e negativa de 100bps e 200bps da curva implícita dos títulos indexados à inflação):

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Anuais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

- i. Cenário base: taxa de juros SELIC de 11,65% em 31 de dezembro de 2023;
- ii. Cenário provável: taxa de juros SELIC de 9% estimada para 31 de dezembro de 2024* pelo Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil em 31 de dezembro de 2023;
- iii. Cenário I: redução de 50%, em relação à taxa do cenário base (Taxa de juros SELIC 5,83%);
- iv. Cenário II: redução de 25%, em relação à taxa do cenário base (Taxa de juros SELIC 8,74%);
- v. Cenário III: aumento de 25% em relação à taxa do cenário base (Taxa de juros SELIC 14,56%); e
- vi. Cenário IV: aumento de 50% em relação à taxa do cenário base (Taxa de juros SELIC 17,48%).

31/12/2023		
Cenário	Choque	Impacto no resultado bruto de impostos
Provável	(22,7%)	2,8MM
I	(50,0%)	6,2MM
II	(25,0%)	3,1MM
III	50,0%	(3,1MM)
IV	25,0%	(6,2MM)

- i. Cenário base: Foi considerado o mesmo do cenário provável. É o cenário onde a curva da IPCA é igual a curva implícita dos títulos indexados à inflação;
- ii. Cenário I: redução de 200bps, em relação à taxa do cenário base;
- iii. Cenário II: redução de 100bps, em relação à taxa do cenário base;
- iv. Cenário III: aumento de 100bps em relação à taxa do cenário base; e
- v. Cenário IV: aumento de 200bps em relação à taxa do cenário base.

31/12/2023		
Cenário	Choque	Impacto no resultado bruto dos impostos
I	(200 bps)	14,9MM
II	(100 bps)	7,4MM
III	100 bps	(7,4MM)
IV	200 bps	(14,9MM)

31/12/2022		
Cenário	Choque	Impacto no resultado bruto dos impostos
I	(200 bps)	17,0MM
II	(100 bps)	8,5MM
III	100 bps	(8,5MM)
IV	200 bps	(17,0MM)

2) Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados e/ou da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco do tomador ou contraparte.

A Companhia entende que a principal origem do seu risco de crédito é exposição do resseguro para as operações da seguradora e a retrocessão para as operações da resseguradora. Com o objetivo de mitigar tal risco adotou-se análise de Rating de Crédito, determinado por agências classificadoras de riscos. Por ser parte complementar ao processo de subscrição, o rating é observado no processo de aceitação, precificação e alçadas. Adicionalmente, a Companhia

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Anuais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

monitora as exposições por ressegurador e retrocessionário, bem como acompanha e avalia as mudanças e tendências do mercado de seguros e resseguros, assim como do mercado financeiro.

O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros, componentes da carteira de investimentos além dos títulos públicos do governo federal, é limitado porque as contrapartes são representadas por emissores com elevado rating de crédito avaliado por agências classificadoras de riscos.

A tabela abaixo apresenta o total de exposição ao risco de crédito para as diversas categorias de ativos da Companhia. Além disso, apresenta o prazo dos ativos vencidos.

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	31/12/2023								
	Ativos vencidos								
	Ativos não vencidos	Vencidos						Superior a 365 dias	Valor contábil
		Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 31 e 60 dias	Vencidos entre 61 e 120 dias	Vencidos entre 121 e 180 dias	Vencidos entre 181 e 365 dias			
Disponível	29.500	-	-	-	-	-	-	29.500	
Mensurados a valor justo por meio de resultado									
Privados	38.195	-	-	-	-	-	-	38.195	
Públicos	374.727	-	-	-	-	-	-	374.727	
Exterior	116.012	-	-	-	-	-	-	116.012	
Disponíveis para venda									
Privados	38.762	-	-	-	-	-	-	38.762	
Públicos	288.546	-	-	-	-	-	-	288.546	
Exterior	220.777	-	-	-	-	-	-	220.777	
Créditos das operações com resseguros (*)	1.098.255	19.891	6.978	18.546	10.602	21.851	30.201	1.206.324	
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de resseguro	2.204.774	19.891	6.978	18.546	10.602	21.851	30.201	2.312.843	

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	31/12/2022								
	Ativos vencidos								
	Ativos não vencidos	Vencidos						Superior a 365 dias	Valor contábil
		Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 31 e 60 dias	Vencidos entre 61 e 120 dias	Vencidos entre 121 e 180 dias	Vencidos entre 181 e 365 dias			
Disponível	33.368	-	-	-	-	-	-	33.368	
Mensurados a valor justo por meio de resultado									
Privados	26.573	-	-	-	-	-	-	26.573	
Públicos	203.800	-	-	-	-	-	-	203.800	
Exterior	48.381	-	-	-	-	-	-	48.381	
Disponíveis para venda									
Privados	28.182	-	-	-	-	-	-	28.182	
Públicos	289.274	-	-	-	-	-	-	289.274	
Exterior	182.111	-	-	-	-	-	-	182.111	
Créditos das operações com resseguros (*)	765.544	16.857	7.465	15.358	6.518	10.399	25.167	847.308	
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de resseguro	1.577.233	16.857	7.465	15.358	6.518	10.399	25.167	1.658.997	

*Os valores de créditos com operações com seguradoras e resseguradoras estão apresentados brutos da provisão para redução de valor recuperável.

A tabela a seguir apresenta o risco de crédito nas operações de resseguro a que a Companhia está exposta segregada pela classificação de rating da Standard & Poor's, AM Best, Moody's e Fitch. O conceito de exposição leva em consideração as provisões de sinistros, prêmios não ganhos já repassados aos resseguradores e créditos a recuperar conforme orientação da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. A classificação dessa exposição é dada de acordo com o melhor nivelamento por rating, seguindo a tabela apresentada a seguir.

Adicionalmente, conforme apresentado, a Companhia possui exposição somente com resseguradores de níveis mínimos: BBB+ e B++, nas agências de risco Standard & Poor's e AM Best, respectivamente.

Standard & Poor's Co	Moody's Investor Services	Fitch Ratings	AM Best	31/12/2023		31/12/2022	
				Exposição (em R\$)	Exposição (em %)	Exposição (em R\$)	Exposição (em %)
AAA	Aaa	AAA	A++	5.188	0,3	4.526	0,5
AA+	Aa1	AA+	A+	612.944	39,5	396.440	40,0
AA	Aa2	AA	A+	16.999	1,1	9.165	0,9
AA-	Aa3	AA-	A	286.307	18,5	29.202	3,0
A+	A1	A+	A	564.898	36,4	306.627	30,9
A	A2	A	A-	52.216	3,4	68.771	6,9
A-	A3	A-	A-	11.627	0,8	31.643	3,2
BBB+	Baa1	BBB+	B++	-	-	144.515	14,6
Total				1.550.179	100,0	990.889	100,0

3) Risco de liquidez

Consiste na possibilidade de a Companhia não ser capaz de cumprir suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios.

A Administração possui monitoramento diário da carteira, discutindo regularmente em suas reuniões ou extraordinariamente, quando necessário, a posição dos investimentos levando em conta a sua liquidez e expectativa de rentabilidade.

A Companhia tem por filosofia ser conservadora na alocação de seus ativos financeiros, entendidos como a soma de sua posição disponível mais suas aplicações financeiras, priorizando sempre a capacidade de liquidez na escolha de seus ativos financeiros e tendo como base suas obrigações com as contrapartes.

Atualmente a Companhia possui 96,5% (96,7% em 31 de dezembro de 2022) da sua carteira composta por ativos e instrumentos com liquidez diária, representados por depósitos bancários, LFT, NTN-B e demais títulos que possuem liquidez diária a despeito do seu vencimento. Adicionalmente, 0,7% (0% em 31 de dezembro de 2022) dos ativos financeiros são compostos por fundos de investimento com prazos de resgate de até 120 dias e 2,8% (3,7% em 31 de dezembro

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Anuais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

de 2022) da carteira é composta por um fundo de investimento com prazo de resgate acima de 120 dias.

31/12/2023

Ativos e passivos	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Valor de Curva / Custo	Valor de Mercado	Ganho / Perda	Valor Contábil
Disponível	29.500	-	-	-	-	29.500
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	519.838	9.096	528.910	528.934	24	528.934
Ativos financeiros disponíveis para venda	548.085	-	559.988	548.085	(11.903)	548.085
Crédito das operações de seguros e resseguros	1.175.343	19.945	-	-	-	1.195.288
Títulos e créditos a receber	31.793	50.383	-	-	-	82.176
Outros valores e bens	6.705	8.128	-	-	-	14.833
Total de ativos	2.311.264	87.552	1.088.898	1.077.019	(11.879)	2.398.816
Contas a pagar	26.872	-	-	-	-	26.872
Passivos de contrato de seguros (líquidos de resseguro e retrocessão)	1.047.895	79.567	-	-	-	1.127.462
Depósito de terceiros	75.170	-	-	-	-	75.170
Débito das operações de seguros e resseguros	814.265	12.911	-	-	-	827.176
Outros débitos	1.479	7.708	-	-	-	9.187
Total de passivos	1.965.681	100.186	-	-	-	2.065.867

31/12/2022

Ativos e passivos	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Valor de Curva / Custo	Valor de Mercado	Ganho / Perda	Valor Contábil
Disponível	33.368	-	-	-	-	33.368
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	271.840	6.914	279.388	278.754	(634)	278.754
Ativos financeiros disponíveis para venda	499.567	-	524.273	499.567	(24.706)	499.567
Crédito das operações de seguros e resseguros	825.908	12.100	-	-	-	838.008
Títulos e créditos a receber	26.557	52.944	-	-	-	79.501
Outros valores e bens	6.689	4.808	-	-	-	11.497
Total de ativos	1.663.929	76.766	803.661	778.321	(25.340)	1.740.695
Contas a pagar	16.884	-	-	-	-	16.884
Passivos de contrato de seguros (líquidos de resseguro e retrocessão)	782.911	58.003	-	-	-	840.914
Depósito de terceiros	42.565	-	-	-	-	42.565
Débito das operações de seguros e resseguros	503.111	12.292	-	-	-	515.403
Outros débitos	1.886	3.758	-	-	-	5.644
Total de passivos	1.347.357	74.053	-	-	-	1.421.410

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Anuais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

4) Risco Cambial

A Companhia opera carteira de investimentos em dólares norte-americanos. Conseqüentemente, qualquer movimentação das taxas de câmbio R\$/US\$ afetará sua demonstração de resultado e seu balanço patrimonial.

Análise de sensibilidade

Para a análise de sensibilidade das variações na taxa de câmbio R\$/US\$ na carteira de investimentos em moeda estrangeira foram considerados os seguintes cenários:

- i. Cenário base: taxa de câmbio PTAX de R\$/US\$ 4,84 em 31 de dezembro de 2023;
- ii. Cenário provável: taxa de câmbio de R\$/US\$ 4,98 estimada para 31 de dezembro de 2024 pelo Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil em 31 de dezembro de 2023;
- iii. Cenário I: redução de 50%, em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 2,42);
- iv. Cenário II: redução de 25%, em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 3,63);
- v. Cenário III: aumento de 25% em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 6,05); e
- vi. Cenário IV: aumento de 50% em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 7,26).

31/12/2023		
Cenário	Oscilação da taxa de câmbio	Impacto no resultado bruto de impostos
Provável	2,9%	3,9MM
I	(50,0%)	(68,6MM)
II	(25,0%)	(34,3MM)
III	25,0%	34,3MM
IV	50,0%	68,6MM

31/12/2022		
Cenário	Oscilação da taxa de câmbio	Impacto no resultado bruto de impostos
Provável	0,6%	1,5MM
I	(50,0%)	(123,6MM)
II	(25,0%)	(61,8MM)
III	25,0%	61,8MM
IV	50,0%	123,6MM

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Anuais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

5. Aplicações financeiras

a) Classificação por categoria e faixa de vencimento

31 de dezembro de 2023									
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil de mercado	Valor de curva	Percentual contábil das aplicações	Percentual de curva das aplicações
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:		38.195	246.950	242.713	1.076	528.934	528.910	49,1%	48,6%
Letras financeiras do tesouro – LFT	Selic	-	130.938	242.713	1.076	374.727	374.703	34,8%	34,4%
Certificado de depósito no exterior	9,26%	-	116.012	-	-	116.012	116.012	10,8%	10,7%
Quotas de fundos de investimentos (i)	-	38.195	-	-	-	38.195	38.195	3,5%	3,5%
II. Títulos disponíveis para venda:		-	31.300	491.422	25.363	548.085	559.988	50,9%	51,4%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	IPCA	-	-	220.201	17.910	238.111	248.875	22,1%	22,9%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	PRÉ	-	-	50.435	-	50.435	50.511	4,7%	4,6%
Debentures	CDI+	-	2.387	26.814	7.453	36.654	36.994	3,4%	3,4%
Letra financeira - LF	CDI+	-	-	2.108	-	2.108	2.109	0,2%	0,2%
Títulos públicos no exterior	2,88%	-	-	126.034	-	126.034	126.647	11,7%	11,6%
Títulos privados no exterior	4,26%	-	28.913	65.830	-	94.743	94.852	8,8%	8,7%
Total		38.195	278.250	734.135	26.439	1.077.019	1.088.898	100,0%	100,0%

31 de dezembro de 2022									
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil (mercado)	Valor de curva	Percentual contábil das aplicações	Percentual de curva das aplicações
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:		26.573	52.269	75.806	124.106	278.754	279.388	35,8%	34,8%
Letras financeiras do tesouro – LFT	Selic	-	3.888	75.806	124.106	203.800	204.434	26,2%	25,4%
Certificado de depósito no exterior	5,36%	-	48.381	-	-	48.381	48.381	6,2%	6,0%
Quotas de fundos de investimentos (i)	-	26.573	-	-	-	26.573	26.573	3,4%	3,3%
II. Títulos disponíveis para venda:		-	165.511	315.253	18.803	499.567	524.273	64,2%	65,2%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	IPCA	-	-	201.972	18.803	220.775	241.885	28,4%	30,1%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	PRÉ	-	20.186	48.313	-	68.499	70.860	8,8%	8,8%
Debentures	CDI+	-	3.955	24.227	-	28.182	28.062	3,6%	3,5%
Títulos públicos no exterior	2,65%	-	91.496	9.899	-	101.395	101.596	13,0%	12,6%
Títulos privados no exterior	4,25%	-	49.874	30.842	-	80.716	81.870	10,4%	10,2%
Total		26.573	217.780	391.059	142.909	778.321	803.661	100,0%	100,0%

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Anuais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

(i). Os saldos das quotas de fundos de investimentos são compostos pelos seguintes tipos de fundos a saber: Fundo de crédito privado R\$ 29.915 (R\$ 19.628 em 31 de dezembro de 2022), Fundo de investimento em participações R\$ 31.492 (R\$ 6.913 em 31 de dezembro de 2022), Fundo de investimento em renda fixa R\$ 43.568 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022), Fundos Multimercados R\$ 10.274 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022 e FIDIC R\$ 0 (R\$ 32 em 31 de dezembro de 2022).

Para os títulos públicos, os valores de mercado foram determinados com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

As quotas dos fundos de investimentos são valorizadas com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço, informado pelos respectivos administradores.

O valor de mercado dos fundos listados em carteira foi obtido a partir do preço negociado na B3.

b) Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, e seus respectivos métodos de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos de acordo com o CPC 46 – Mensurado a valor justo como segue:

- Nível 01: Preços cotados e não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, por exemplo: Ações listadas, Fundos de Investimentos listados, Títulos Públicos do Governo Federal Brasileiro emitidos no Brasil e no Exterior e Títulos corporativos de Companhias brasileiras emitidos no Exterior; e
- Nível 02: Os Preços finais são obtidos observando-se outras informações, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços), por exemplo: Fundos de Investimentos não listados, Debêntures, Letras Financeiras e Certificados de Depósito Bancário.

	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Nível 01	Nível 02	Total	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos mensurados a valor justo por meio do resultado:						
Fundos de investimento:						
Quotas de fundos de investimentos	-	38.195	38.195	-	26.573	26.573
Títulos de renda fixa - privados:						
Certificado de depósito no exterior	-	116.012	116.012	-	48.381	48.381
Títulos de renda fixa - públicos:						
Letras financeiras do tesouro - LFT	374.727	-	374.727	203.800	-	203.800
II. Títulos disponíveis para venda:						
Títulos de renda fixa – privados:						
Debêntures	-	36.654	36.654	-	28.182	28.182
Letra Financeira	-	2.108	2.108	-	-	-
Títulos privados no exterior	94.743	-	94.743	80.716	-	80.716
Títulos de renda fixa - públicos:						
Notas do tesouro nacional - NTN-B	238.111	-	238.111	220.775	-	220.775
Notas do tesouro nacional - NTN-F	50.435	-	50.435	68.499	-	68.499
Títulos públicos no exterior	126.034	-	126.034	101.395	-	101.395
Total	884.050	192.969	1.077.019	675.185	103.136	778.321

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Anuais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

c) Movimentação das aplicações financeiras

As movimentações das aplicações financeiras estão demonstradas na tabela abaixo:

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo final em 31 de dezembro 2021	205.881	465.070	670.951
(+) Aplicações	626.652	93.150	719.802
(-) Resgates	(579.298)	(78.865)	(658.163)
(+) Rendimentos	29.999	18.165	48.164
(+/-) Oscilação Cambial	(3.352)	13.067	9.715
(+/-) Ajuste ao valor justo	(1.128)	(11.020)	(12.148)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	278.754	499.567	778.321
(+) Aplicações	1.508.838	196.843	1.705.681
(-) Resgates	(1.308.555)	(189.090)	(1.497.645)
(+) Rendimentos	46.729	36.777	83.506
(+/-) Oscilação Cambial	3.017	(8.653)	(5.636)
(+/-) Ajuste ao valor justo	151	12.641	12.792
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	528.934	548.085	1.077.019

d) Derivativos

d.1) Exposição

Descrição	Vencimento	Exposição	Valor a (pagar)/ receber
		31/12/2023	31/12/2023
Contratos futuros			
Compromisso de Compra			
Taxa de câmbio - dólar futuro WDO	01/02/2024	487	-
Taxa de câmbio - pesos mexicanos futuros MEX	01/02/2024	29.306	-
Taxa de câmbio - dólar futuro DOL	01/02/2024	42.604	-

Descrição	Vencimento	Exposição	Valor a (pagar)/ receber
		31/12/2022	31/12/2022
Contratos futuros			
Compromisso de venda			
Taxa de câmbio - dólar futuro	01/02/2023	20.231	(166)
Compromisso de compra			
Taxa de câmbio - dólar futuro	01/02/2023	10.100	(20)
Taxa de câmbio - pesos mexicanos futuros	01/02/2023	9.902	81

d.2) Margens dadas em garantia

31/12/2023			
Ativo	Vencimento	Quantidade	Valor
LFT	01/03/2026	142	2.024
LFT	01/09/2027	163	2.315
LFT	01/09/2028	77	1.091
Total		382	5.430

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Anuais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

31/12/2022			
Ativo	Vencimento	Quantidade	Valor
NTN-B	15/08/2050	267	1.064
Total		267	1.064

Ativo	Vencimento	Quantidade	Valor
LFT	01/03/2024	5	63
LFT	01/09/2025	29	365
LFT	01/09/2027	7	88
Total		41	516

6. Garantia das provisões técnicas

O Banco Central do Brasil - BACEN, através da Resolução nº 4.993, de 24 de março de 2022, e o CNSP, através da Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021, e suas respectivas alterações, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte das sociedades seguradoras. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia apresentava as seguintes coberturas:

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de prêmios não ganhos	948.979	646.288
Provisão de sinistros a liquidar	1.088.602	763.731
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	770.750	520.166
Provisão de despesas relacionadas	8	8
Provisão de excedentes técnicos	21.826	15.554
Total das provisões técnicas	2.830.165	1.945.747
Direitos creditórios	(531.103)	(405.235)
Custo de aquisição diferido redutores	(7.667)	(5.345)
Ativos de resseguro redutores de PDR	(3)	(2)
Ativos de retrocessão cedida redutores de IBNR	(478.573)	(284.577)
Ativos de retrocessão cedida redutores de PSL	(653.501)	(451.544)
Ativos de retrocessão cedida redutores de PPNG	(209.407)	(101.908)
Ativos de retrocessão cedida redutores de PET	(8.206)	(6.039)
Total das exclusões	(1.888.460)	(1.254.650)
Total das provisões técnicas para cobertura	941.705	691.097

Composição dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas:

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Anuais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Letras financeiras do tesouro – LFT	365.115	192.558
Notas do tesouro nacional – NTN-B	238.112	219.712
Notas do tesouro nacional – NTN-F	50.435	68.499
Letras Financeiras – LF	2.108	-
Quotas de fundos de investimentos	38.195	25.590
Títulos privados	36.654	28.181
Título público no exterior	126.034	101.395
Título privado no exterior	210.755	129.096
Total dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas	1.067.408	765.031
Ativos vinculados em excesso	125.703	73.934

7. Crédito das operações com resseguros

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Prêmios a receber (a)	1.047.126	752.775
Recuperação de corretagem	139	212
Recuperação Prêmio Retrocessão	22.164	10.904
Recuperação de sinistro	124.865	72.421
Outros créditos a receber	994	1.696
Total	1.195.288	838.008
Total circulante	1.175.343	825.908
Total não circulante	19.945	12.100

a) *Aging* de prêmios a receber:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Prêmios a vencer		
De 1 a 30 dias	127.507	47.713
De 31 a 60 dias	113.179	52.564
De 61 a 120 dias	105.746	37.338
De 121 a 180 dias	466.791	437.190
De 181 a 365 dias	116.925	93.406
Superior a 365 dias	19.945	12.100
Total de prêmios a vencer	950.093	680.311
Prêmios vencidos		
De 1 a 30 dias	19.891	16.857
De 31 a 60 dias	6.978	7.465
De 61 a 120 dias	18.546	15.358
De 121 a 180 dias	10.602	6.518
De 181 a 365 dias	21.851	10.399
Superior a 365 dias	30.201	25.167
Total de prêmios vencidos	108.069	81.764
Provisão para perda de valor recuperável	(11.036)	(9.300)
Total de prêmios a receber	1.047.126	752.775

Movimentação dos prêmios a receber:	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
--	-------------------	-------------------

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Anuais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

Saldo inicial	<u>752.775</u>	<u>577.642</u>
(+) Prêmios emitidos (*)	2.298.530	1.614.499
(+/-) Riscos vigentes não emitidos (*)	17.841	4.276
(-) Recebimentos	(2.020.284)	(1.442.483)
(+/-) Redução ao valor recuperável	<u>(1.736)</u>	<u>(1.159)</u>
Saldo final	<u>1.047.126</u>	<u>752.775</u>

(*) Valor inclui variação cambial e cancelamentos.

De acordo com os fluxos de recebimento de prêmios e parcelamentos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi observado que a Companhia tem operado com uma média de parcelamento de 04 vezes.

Cabe destacar que parte dos valores de prêmios vencidos foi contabilizada como redução ao valor recuperável, uma vez que a Austral considera um risco para o recebimento dos mesmos, conforme avaliação do risco de crédito avaliado de forma individualizada para cada cliente.

8. Títulos e créditos a receber

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Títulos e créditos a receber	12.955	12.243
Ressarcimento a receber (a)	5.048	4.196
Participação nos lucros a receber	7.902	8.047
Outros	5	-
Créditos tributários e previdenciários (b)	68.618	66.770
Outros créditos	<u>603</u>	<u>488</u>
Total	<u>82.176</u>	<u>79.501</u>
Total circulante	<u>31.793</u>	<u>26.557</u>
Total não circulante	<u>50.383</u>	<u>52.944</u>

a) *Aging* de ressarcimentos e salvados a receber (efetivo e estimado) por grupo de ramo:

<u>Aging de permanência</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Patrimonial		
Superior a 365 dias	-	303
Transportes		
De 01 a 30 dias	-	5
Riscos financeiros		
De 181 a 365 dias	-	1.500
Superior a 365 dias	33.618	32.118
Exterior		
De 181 a 365 dias	2.048	1.191
Redução ao valor recuperável	(30.618)	(30.618)
Total do aging	<u>5.048</u>	<u>4.499</u>
Ressarcimentos	<u>5.048</u>	<u>4.196</u>
Salvados (*)	-	<u>303</u>

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Anuais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

<u>Expectativa de realização</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Patrimonial		
Superior a 365 dias	-	303
Riscos financeiros		
Superior a 365 dias	33.618	33.618
Transportes		
De 01 a 30 dias	-	5
Exterior		
De 181 a 365 dias	2.048	1.191
Redução ao valor recuperável	(30.618)	(30.618)
Total do aging	5.048	4.499
Ressarcimentos Salvados (*)	5.048	4.196
	-	303

(*) Os montantes referentes a salvados encontram-se registrados na rubrica de outros valores e bens

b) Créditos tributários e previdenciários

Os créditos tributários de PIS e COFINS estão representados principalmente sobre o saldo de Provisão de sinistros a liquidar – PSL e Sinistros ocorridos, mas não avisados – IBNR que se dará mediante o pagamento do sinistro.

Apresentamos abaixo os quadros com os débitos e créditos tributários e ativos fiscais diferidos pelos respectivos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Tributos e Contribuições a compensar / recuperar (i)	12.960	6.859
Créditos Tributários de PIS e COFINS (ii)	8.275	9.967
IR e CS Diferidos (iii)	47.383	49.944
Total	68.618	66.770
Total Circulante	21.235	16.826
Total Não circulante	47.383	49.944

- (i) Créditos decorrentes de Saldo Negativo de IRPJ e CSLL; PIS, COFINS, IR, CSLL e CIDE pagos a maior e Imposto de Renda Retido em Negócios Aceitos no Exterior;
- (ii) Créditos Tributários de PIS e COFINS calculados sobre o saldo de Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL e Provisão de Sinistros ocorridos e não avisados – IBNR; e
- (iii) Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias, Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Anuais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

Movimentação impostos diferidos

	31/12/2022	Adições	Baixas	Reconhecido no Resultado	Reconhecido em Outros Resultados Abrangentes	31/12/2023
Impostos diferidos sobre diferenças temporárias	12.479	35.194	(32.461)	7.789	(5.056)	15.212
Ajuste a Valor de Mercado Negociação	(7.922)	15.234	(8.517)	6.717	-	(1.205)
Ajuste a Valor de Mercado Venda	9.916	6.179	(11.277)	(42)	(5.056)	4.818
Outras provisões	10.324	13.634	(12.661)	973	-	11.297
IFRS 16 (CPC 06) - Arrendamento	161	147	(6)	141	-	302
Impostos diferidos sobre base negativa:	37.465	2.656	(7.950)	(5.294)	-	32.171
Prejuízo fiscal - IRPJ	23.328	1.660	(4.969)	(3.309)	-	20.019
Base negativa - CSLL	14.137	996	(2.981)	(1.985)	-	12.152
Total	49.944	37.850	(40.411)	2.495	(5.056)	47.383

	31/12/2021	Adições	Baixas	Reconhecido no Resultado	Reconhecido em Outros Resultados Abrangentes	31/12/2022
Impostos diferidos sobre diferenças temporárias	4.545	38.678	(30.744)	3.532	4.400	12.479
Ajuste a Valor de Mercado Negociação	(10.202)	15.500	(13.220)	2.279	-	(7.922)
Ajuste a Valor de Mercado Venda	5.656	8.182	(3.922)	(148)	4.408	9.916
Outras provisões	8.928	14.965	(13.569)	1.403	(8)	10.324
IFRS 16 (CPC 06) - Arrendamento	163	31	(33)	(2)	-	161
Impostos diferidos sobre base negativa:	43.219	44.527	(50.281)	(5.754)	-	37.465
Prejuízo fiscal - IRPJ	26.866	27.682	(31.220)	(3.538)	-	23.328
Base negativa - CSLL	16.353	16.845	(19.061)	(2.216)	-	14.137
Total	47.764	83.205	(81.025)	(2.222)	4.400	49.944

Estimativas de realização dos créditos tributários

As estimativas de realização e o valor presente dos Créditos Tributários existentes em 31 de dezembro de 2023, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros da Companhia, com base em estudos e projeções da Administração são os seguintes:

Ano	IR	%	CSLL	%
2024	5.026	25%	3.017	25%
2025	4.972	25%	2.983	24%
2026	5.591	28%	3.354	28%
2027	4.430	22%	2.798	23%
Totais	20.019	100%	12.152	100%

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Anuais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

9. Custos de aquisição diferidos

A Companhia apresentava um saldo de custos de aquisição diferido conforme tabela abaixo:

Grupos / Ramos	31/12/2023	31/12/2022
Patrimonial	8.074	6.468
Riscos especiais	1	24
Responsabilidades	1.611	786
Transportes	1.826	1.498
Riscos financeiros	1.171	903
Pessoas coletivo	1.218	583
Rural	227	71
Marítimos	744	567
Aeronáuticos	5.586	4.900
Aceitações do exterior	10.575	7.170
Outros	1.130	1.198
Total	32.163	24.168
Total circulante	28.605	21.474
Total não circulante	3.558	2.694

A Companhia apresentava movimentação consolidada de custos de aquisição diferido conforme tabela abaixo:

	31/12/2022	Constituição	Diferimento/ Cancelamento	31/12/2023
Patrimonial	6.468	3.137	(1.531)	8.074
Riscos Especiais	24	-	(23)	1
Responsabilidades	786	940	(115)	1.611
Transportes	1.498	2.381	(2.053)	1.826
Riscos Financeiros	903	421	(153)	1.171
Pessoas Coletivo	583	1.172	(537)	1.218
Rural	71	156	-	227
Marítimos	567	514	(337)	744
Aeronáuticos	4.900	2.226	(1.540)	5.586
Aceitações do exterior	7.170	5.468	(2.063)	10.575
Outros	1.198	1.037	(1.105)	1.130
Total	24.168	17.452	(9.457)	32.163

	31/12/2021	Constituição	Diferimento/ Cancelamento	31/12/2022
Patrimonial	4.911	3.216	(1.659)	6.468
Riscos Especiais	68	-	(44)	24
Responsabilidades	608	268	(90)	786
Transportes	1.774	1.239	(1.515)	1.498
Riscos Financeiros	790	349	(236)	903
Pessoas Coletivo	285	680	(382)	583
Rural	9	67	(5)	71
Marítimos	414	581	(428)	567
Aeronáuticos	3.205	3.428	(1.733)	4.900
Aceitações do exterior	5.976	4.087	(2.893)	7.170
Outros	997	1.164	(963)	1.198
Total	19.037	15.079	(9.948)	24.168

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Anuais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

10. Intangível

	Taxa anual de amortização	31/12/2022	Adições	Baixas	Amortização	31/12/2023
Direito de uso software terceiros	20%	1.786	2.893	19	(2.148)	2.550
Outros intangíveis (i)		13.913	-	-	-	13.913
Total		15.699	2.893	19	(2.148)	16.463

	Taxa anual de amortização	31/12/2021	Adições	Baixas	Amortização	31/12/2022
Direito de uso software terceiros	20%	1.854	1.364	-	(1.432)	1.786
Outros intangíveis (i)		13.913	-	-	-	13.913
Total		15.767	1.364	-	(1.432)	15.699

(i) refere-se ao ágio (*goodwill*) gerado na aquisição da Terra Brasis Resseguros.

11. Débitos das operações com resseguros – Operações com resseguradoras

	31/12/2023	31/12/2022
Prêmios de retrocessão cedida	958.268	608.530
Comissão	(198.386)	(148.689)
Sinistros	33.096	33.096
Outros	8.860	9.705
Redução ao valor recuperável	(33.518)	(31.915)
Total	768.320	470.727
Total circulante	756.161	458.679
Total não circulante	12.159	12.048

12. Depósitos de terceiros

Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente, a prêmios de resseguros e prêmios de retrocessão aceita, cujos contratos ainda não foram identificados, sendo classificados no passivo circulante. O *aging* de depósitos de terceiros está distribuído da seguinte forma:

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Anuais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Aging de depósitos de terceiros:		
De 1 a 30 dias	49.653	22.290
De 31 a 60 dias	14.024	1.977
De 61 a 120 dias	3.804	4.294
De 121 a 180 dias	2.457	5.598
De 181 a 365 dias	243	4.460
Superior a 365 dias	4.989	3.946
Total	75.170	42.565

13. Provisões técnicas

a) Saldo

Os saldos das provisões técnicas estão apresentados a seguir:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Bruto	Cedido	Retido	Bruto	Cedido	Retido
Provisões de sinistro, administrativas e de prêmios						
Provisão de sinistros a liquidar	1.088.602	(653.501)	435.101	763.731	(451.544)	312.187
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	770.750	(480.899)	289.851	520.166	(287.484)	232.682
Provisão de despesas relacionadas	8	(3)	5	8	(2)	6
Provisão total de sinistros	1.859.360	(1.134.403)	724.957	1.283.905	(739.030)	544.875
Provisões de Prêmios						
Provisão de prêmios não ganhos	948.979	(560.094)	388.885	646.288	(359.765)	286.523
Provisão de excedente técnico	21.826	(8.206)	13.620	15.554	(6.038)	9.516
Provisão total de prêmios	970.805	(568.300)	402.505	661.842	(365.803)	296.039
Total	2.830.165	(1.702.703)	1.127.462	1.945.747	(1.104.833)	840.914
Total circulante	2.652.684	(1.604.789)	1.047.895	1.817.301	(1.034.390)	782.911
Total não circulante	177.481	(97.914)	79.567	128.446	(70.443)	58.003

b) Movimentação

As movimentações das provisões técnicas estão demonstradas na tabela a seguir:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Bruto	Cedido	Retido	Bruto	Cedido	Retido
Desenvolvimento da provisão de PSL						
Em 1º de janeiro	763.731	(451.544)	312.187	570.988	(303.717)	267.271
Sinistros ocorridos	1.529.660	(603.271)	926.389	1.168.672	(401.937)	766.735
Sinistros pagos	(1.190.469)	405.429	(785.040)	(959.899)	240.320	(719.579)
Variação cambial	(14.320)	(4.114)	(18.434)	(16.043)	13.790	(2.253)
Atualização monetária	-	(1)	(1)	13	-	13
No final do exercício	1.088.602	(653.501)	435.101	763.731	(451.544)	312.187
Desenvolvimento da provisão de IBNR						
Em 1º de janeiro	520.166	(287.484)	232.682	337.164	(157.009)	180.155
Variação do IBNR	250.584	(193.415)	57.169	183.002	(130.475)	52.527
No final do exercício	770.750	(480.899)	289.851	520.166	(287.484)	232.682

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Anuais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

Desenvolvimento da provisão de PDR

Em 1º de janeiro	8	(2)	6	10	-	10
Varição do PDR	-	(1)	(1)	(2)	(2)	(4)
No final do exercício	8	(3)	5	8	(2)	6

Desenvolvimento das provisões de prêmios – PPNG

Em 1º de janeiro	646.288	(359.765)	286.523	451.703	(237.931)	213.772
Prêmios emitidos	2.322.038	(1.107.821)	1.214.217	1.659.160	(626.384)	1.032.776
Prêmio ganho	(2.022.370)	905.811	(1.116.559)	(1.455.758)	502.909	(952.849)
Varição cambial	3.023	1.681	4.704	(8.817)	1.641	(7.176)
No final do exercício	948.979	(560.094)	388.885	646.288	(359.765)	286.523

Desenvolvimento das provisões de prêmios – PET

Em 1º de janeiro	15.554	(6.038)	9.516	14.341	(3.160)	11.181
Varição do Excedente Técnico	6.272	(2.168)	4.104	1.213	(2.878)	(1.665)
No final do exercício	21.826	(8.206)	13.620	15.554	(6.038)	9.516

Total de provisões técnicas

	2.830.165	(1.702.703)	1.127.462	1.945.747	(1.104.833)	840.914
--	-----------	-------------	-----------	-----------	-------------	---------

14. Desenvolvimento de sinistros

Devido às particularidades das operações de resseguro, a Companhia não possui informações detalhadas de cada sinistro oriundo de contratos automáticos com a evolução individualizada do seu valor no tempo. Assim, esse montante de sinistro varia à medida que as informações mais atualizadas são obtidas através das prestações de contas enviadas pelas cedentes sobre os contratos subscritos.

A seguir apresentaremos o desenvolvimento dos sinistros avisados à Companhia por ano de subscrição, os pagamentos de sinistros e a atualização de sinistros judiciais de cada ano. Nessa análise, os contratos subscritos em moeda estrangeira foram convertidos pela taxa de câmbio informada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, na data base de 31 de dezembro de 2023.

Desenvolvimentos dos sinistros avisados de resseguro:

Ano de aviso	2019	2020	2021	2022	2023	Total
No ano de subscrição	105.899	109.465	182.301	620.906	735.679	1.754.250
Um ano após o ano de subscrição	381.094	182.051	152.252	763.235	-	1.478.632
Dois anos após o ano de subscrição	198.736	119.757	219.769	-	-	538.262
Três anos após o ano de subscrição	72.099	127.480	-	-	-	199.579
Quatro anos após o ano de subscrição	85.356	-	-	-	-	85.356
Total	843.184	538.753	554.322	1.384.141	735.679	4.056.079

Ano	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Pagamentos	767.320	437.489	409.587	979.486	586.702	3.180.584

Posição em 31/12/2023	875.495
Passivo em relação a anos anteriores a 2018	214.577
Expectativa de salvados/ressarcimento	(1.470)
Posição ajustada PSL	1.088.602

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Anuais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

Ano de aviso	2018	2019	2020	2021	2022	Total
No ano de subscrição	13.956	106.932	111.755	185.354	799.755	1.217.752
Um ano após o ano de subscrição	277.971	389.078	191.139	256.670	-	1.114.858
Dois anos após o ano de subscrição	184.000	207.744	204.509	-	-	596.253
Três anos após o ano de subscrição	59.661	133.277	-	-	-	192.938
Quatro anos após o ano de subscrição	36.407	-	-	-	-	36.407
Total	571.995	837.031	507.403	442.024	799.755	3.158.208

Ano	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Pagamentos	526.354	749.984	385.995	314.472	607.528	2.584.333

Posição em 31/12/2022	573.875
Passivo em relação a anos anteriores a 2018	191.577
Expectativa de salvados/ressarcimento	(1.721)
Posição ajustada PSL	763.731

15. Provisões judiciais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as ações judiciais de natureza cível que tiveram origem em sinistros, nas quais a Companhia figura no polo passivo, estão provisionadas na rubrica de “sinistro a liquidar judicial”. A movimentação dos valores provisionados está demonstrada na tabela abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	65	44
Adições	7	21
Total	72	65

A Companhia possui ação de natureza cível na qualidade de ré, cujo total é de 1 com probabilidade de perda possível (0 em 31 de dezembro de 2022), com valor em risco no montante de R\$ 1 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022).

16. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 338.669 representado por 313.597.651 ações ordinárias nominativas.

b) Reservas de lucros

As reservas de lucros são compostas pela reserva legal e pela reserva de retenção de lucros. A reserva legal é constituída ao final do exercício por valor correspondente a 5% do lucro

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Anuais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

auferido pela Companhia, após absorção dos prejuízos acumulados, sendo o restante destinado para reserva de retenção de lucros.

c) Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, com a aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária, após a constituição da reserva legal, foi procedida a distribuição de dividendos aos acionistas, e juros sobre capital próprio, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	29.427	39.472
Destinação para reserva legal	(1.471)	(1.974)
Base de cálculo	27.956	37.498
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	6.989	9.375
Valor dos juros sobre capital próprio creditado*	(14.861)	(17.000)
Excedente de juros sobre o capital próprio e dividendos distribuído	5.643	5.075
Constituição de Reserva de Lucro Estatutária	(13.095)	(20.498)

* De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia creditou juros sobre o capital próprio dentro dos limites fiscais nos montantes de R\$ 14.861 e R\$ 17.000 (bruto de imposto de renda retido na fonte), respectivamente, e nos montantes de R\$ 12.632 e R\$ 14.450 (líquido de imposto de renda retido na fonte), respectivamente, a favor de seus acionistas. Os juros sobre capital próprio são contabilizados como despesa financeira e para efeito das demonstrações financeiras anuais são demonstrados no patrimônio líquido como distribuição de lucros.

d) Detalhamento do patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Patrimônio líquido	383.529	360.688
Ajustes contábeis	(49.538)	(53.303)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	23.479	10.885
Patrimônio líquido ajustado – PLA	357.470	318.270
Capital base - CB (a)	60.000	60.000
Capital adicional de risco de subscrição	191.156	162.830
Capital adicional de risco operacional	96.322	12.971
Capital adicional de risco de crédito	26.617	56.136
Capital adicional de risco de mercado	16.296	12.923
Benefício da diversificação	(51.863)	(30.923)
Capital de risco - CR (b)	278.528	213.937
Capital mínimo requerido - CMR maior entre (a) e (b)	278.528	213.937

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Anuais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

Patrimônio líquido ajustado	357.470	318.270
(-) Exigência de capital – EC	278.528	213.937
Suficiência de capital - R\$	<u>78.942</u>	<u>104.333</u>
Suficiência de capital (% PLA / CMR)	128%	149%

O capital mínimo requerido que a sociedade supervisionada deverá manter a qualquer tempo para operar deve ser o maior valor entre capital base e o capital de risco.

17. Incentivo baseado em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 01 de outubro de 2013, foi aprovado o primeiro plano de opção de compra de ações da Austral Participações S.A. (“Austral Participações”), controladora da Companhia.

O primeiro plano estabelece condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas foram definidos e administrados pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante.

Em reuniões do comitê de gestão realizadas em 01 e 02 de outubro de 2013, foram aprovados o primeiro e segundo programas de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.500.000 opções.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 19 de dezembro de 2014, foi aprovado o terceiro programa de opções de compra de ações, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.832.137 opções.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 01 de abril de 2016, foi aprovado o quarto programa de opções de compra de ações, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 76.616 opções.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de março de 2016, foi aprovado o segundo plano de opção de compra de ações da Austral Participações, controladora da Companhia.

O segundo plano estabeleceu condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas foram definidos e administrados pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Anuais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

Em reunião do comitê de gestão realizada em 01 de abril de 2016, foi aprovado o primeiro programa de opções de compra de ações do segundo plano, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 1.884.307 opções.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 5 de setembro de 2016, foi aprovado o segundo programa de opções de compra de ações do segundo plano, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 75.748 opções.

A Austral Participações S.A. concede a cada beneficiário uma opção de venda às ações que forem adquiridas em função do exercício da opção de compra pelo participante, assim como possui uma opção de recompra de tais ações. O prazo e preço de exercício de tais opções foram estabelecidos em contratos individuais firmados entre a Austral Participações e os participantes.

Caso o beneficiário tenha seu contrato de trabalho rescindido voluntariamente ou involuntariamente, sem justa causa, as opções que ainda não tenham sido passíveis de exercício são automaticamente extintas, sem qualquer direito a indenização ou compensação, e as opções passíveis de exercício poderão ser exercidas em um determinado prazo, conforme disposto em cada contrato individual.

Na hipótese de o contrato de trabalho do beneficiário ser rescindido por justa causa, todas as opções que possam ser exercidas, e aquelas que não possam ainda ser exercidas são automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de março de 2022, foi aprovado o terceiro plano de opção de compra de ações da Austral Participações, controladora da Companhia.

O terceiro plano estabeleceu os termos e condições gerais de outorga de opções de compra de ações ordinárias e/ou preferenciais (caso existam no momento da entrega de cada ação) de emissão da Austral Participações aos administradores, colaboradores e/ou pessoas naturais que prestem serviços à Austral Participações, e outras sociedades que sejam controladas, direta ou indiretamente, pela Austral Participações e/ou às demais sociedades do grupo econômico, sendo certo que, segundo as diretrizes e condições estabelecidas no referido plano, este será liquidado em ações da Austral Participações, caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento do preço de exercício a ser efetuado pelo beneficiário.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de março de 2022, foi aprovada a outorga de 21.538.172 opções de compra de ações no âmbito do terceiro plano. O prazo e preço de exercício de tais opções estão determinados em contratos individuais firmados entre a Austral Participações e os beneficiários em 01 de abril de 2022.

As 26.168.969 opções representam uma diluição de até 8,2% sobre um total de 291.233.306 ações da Austral Participações.

O efeito do incentivo com base em opções para compra de ações referente aos colaboradores da Companhia, que fizeram jus às opções da Austral Participações está registrado no patrimônio líquido da Companhia como reserva de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 5.624 (R\$ 4.934 em 31 de dezembro de 2022).

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Anuais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

18. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos, receitas e despesas resultantes de transações com partes relacionadas referem-se a:

	Ativo	
	31/12/2023	31/12/2022
Austral Seguradora S.A.(Coligada) (a)	55.265	44.582
Total	55.265	44.582

	Passivo	
	31/12/2023	31/12/2022
Austral Participações S.A. (b)	14.861	-
Austral Seguradora S.A.(Coligada) (a)	25.539	20.582
Vinci Gestora de Recursos (Coligada) (c)	64	55
Total	40.464	20.637

	Receitas	
	31/12/2023	31/12/2022
Austral Seguradora S.A. (Coligada) (a)	56.987	44.475
Total	56.987	44.475

	Despesas	
	31/12/2023	31/12/2022
Austral Seguradora S.A. (Coligada) (a)	(15.980)	(3.503)
Vinci Gestora de Recursos (Coligada) (c)	(724)	(608)
Administradores (Outros) (d)	(4.538)	(3.548)
Total	(21.242)	(7.659)

(a) São prêmios e recuperação de sinistros referentes a contratos de resseguros.;

(b) Valor referente a JCP a pagar para a Austral Participações S.A.;

(c) São operações que envolvem pagamento de taxa de administração da carteira de investimento para a Austral Resseguradora S.A.; e

(d) Valor referente ao *Stock options*, benefícios pagos e a pagar aos administradores (diretoria estatutária).

19. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão reconciliados, como segue:

	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
Resultado antes dos impostos e após participações sobre o lucro (*)	38.932	38.932	54.517	54.517
Alíquota nominal	25%	15%	25%	15%
Impostos à alíquota nominal	(9.733)	(5.840)	(13.629)	(8.723)

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Anuais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

Adições e exclusões temporárias:

Variação cambial	143	143	(4.233)	(4.233)
Ajuste TVM	16.791	16.791	5.698	5.698
Participação nos lucros	(805)	(805)	1.979	1.979
Outras	3.448	3.448	5.755	5.755
	<u>19.577</u>	<u>19.577</u>	<u>9.199</u>	<u>9.199</u>

Adições e exclusões definitivas:

Despesas indedutíveis	(14.392)	(14.392)	(16.558)	(16.558)
IRPJ e CSSL correntes	(7.367)	(4.633)	(7.782)	(5.039)
IRPJ e CSSL diferidos	1.559	936	(1.217)	(1.007)
Total Despesa IRPJ e CSSL	(5.808)	(3.697)	(8.999)	(6.046)

Alíquota efetiva	(14,9%)	(9,5%)	(16,5%)	(11,1%)
-------------------------	----------------	---------------	----------------	----------------

(*) No Resultado antes dos impostos está contemplado o montante referente as despesas com participações sobre o lucro que em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 6.408 (R\$ 6.821 em 31 de dezembro de 2022).

20. Resultado por ação – básico e diluído

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido dos exercícios aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Resultado líquido do exercício	29.427	39.472
Média ponderada das ações	<u>313.598</u>	<u>313.598</u>
Resultado por lote de mil ação em R\$ - Básico e Diluído	0,0938	0,1258

O resultado por ação básico é calculado a partir da divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos detentores de ações pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no ano.

O resultado por ação diluído é calculado a partir da divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos detentores de ações pela média ponderada ajustada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no ano, excluindo-se a média ponderada das ações em tesouraria. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía fatores diluidores.

21. Grupos de ramos de atuação

Os grupos de ramos em que a Companhia opera e seus indicadores de desempenho nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são:

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Anuais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

Grupos de atuação	Prêmios Ganhos		Índice de Sinistralidade (%) (a)		Índice de Comercialização (%) (b)	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Patrimonial	537.371	292.258	69,2	126,8	2,3	3,3
Riscos Especiais	310	504	454,9	11,6	9,6	9,1
Responsabilidades	132.469	78.586	42,4	73,5	0,6	0,6
Automóvel	606.781	566.101	97,9	99,1	0,1	0,1
Transportes	166.690	82.136	95,0	117,5	2,0	4,2
Riscos Financeiros	55.019	59.040	207,2	6,9	0,9	0,8
Pessoas Coletivo	46.403	15.793	107,6	60,6	5,0	5,2
Habitacional	10.802	6.004	40,7	48,6	4,1	4,8
Rural	6.401	(63)	157,6	(16.333,7)	1,9	(13,1)
Outros	(237)	536	(1.385,4)	75,2	10,1	6,9
Pessoas Individual	25.055	17.945	47,9	74,7	0,6	1,0
Marítimos	20.035	19.201	92,9	41,1	5,8	6,4
Aeronáuticos	111.348	78.823	95,9	61,0	8,2	9,5
Petróleo	31.073	31.566	51,7	84,8	4,4	4,0
Saúde	1.802	7.021	28,7	152,3	1,8	3,6
Aceitações do Exterior	264.777	199.093	99,2	65,0	5,5	5,3
Total	2.016.099	1.454.544	88,3	92,8	2,3	2,5

Ramos de atuação	Prêmio ganho retido		Índice de sinistralidade retida % (a)	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Patrimonial	139.767	89.261	67,9	54,7
Riscos especiais	254	421	610,0	12,8
Responsabilidades	19.854	13.133	71,6	73,1
Automóvel	604.174	565.843	97,8	99,0
Transportes	30.425	29.962	61,6	81,0
Riscos financeiros	7.831	15.186	11,0	5,0
Pessoas coletivo	30.955	9.029	111,4	90,6
Habitacional	7.897	4.118	41,1	44,4
Rural	3.642	800	148,1	633,6
Outros	(224)	527	(1.322,7)	16,5
Pessoas individual	18.502	11.884	50,7	72,2
Marítimos	8.830	8.640	94,0	45,3
Aeronáuticos	42.602	37.655	65,6	53,1
Petróleo	12.231	10.544	66,1	129,8
Saúde	1.802	7.022	37,2	148,5
Aceitações do exterior	183.912	150.491	88,3	68,6
Total de prêmios ganhos	1.112.454	954.516	88,5	85,8

(a) Índice de Sinistralidade = {indenizações avisadas + despesas com sinistros + variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR)} / prêmio ganho.

(b) Índice de Comercialização = custo de aquisição / prêmio ganho.

A composição de prêmios de resseguros e retrocessão aceita (prêmio emitido líquido) antes e depois dos prêmios cedidos em retrocessão está demonstrada abaixo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Ramos	Prêmio emitido líquido		Prêmio cedido retrocessão		Prêmio líquido (-) retrocessão = prêmio retido		Percentual de retenção		Percentual retrocedido	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Patrimonial	692.568	336.553	(526.461)	(223.959)	166.107	112.594	24,0	33,5	76,0	66,5
Riscos especiais	66	54	(13)	(39)	53	15	80,3	27,8	19,7	72,2
Responsabilidades	164.416	137.024	(132.424)	(115.280)	31.992	21.744	19,5	15,9	80,5	84,1
Automóvel	617.949	566.270	(14.500)	(22)	603.449	566.248	97,7	100,0	2,3	0,0
Transportes	182.146	89.629	(149.674)	(61.927)	32.472	27.702	17,8	30,9	82,2	69,1
Riscos financeiros	80.238	68.552	(66.097)	(56.160)	14.141	12.392	17,6	18,1	82,4	81,9
Pessoas coletivo	55.294	23.505	(20.652)	(9.272)	34.642	14.233	62,7	60,6	37,3	39,5

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Anuais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Habitacional	11.151	6.941	(2.982)	(2.169)	8.169	4.772	73,3	68,8	26,7	31,3
Rural	15.518	(687)	(6.380)	1.401	9.138	714	58,9	(103,9)	41,1	203,9
Outros	(534)	509	86	(74)	(448)	435	83,9	85,5	16,1	14,5
Pessoas individual	24.538	22.868	(6.034)	(7.507)	18.504	15.361	75,4	67,2	24,6	32,8
Marítimo	20.687	19.956	(11.295)	(9.215)	9.392	10.741	45,4	53,8	54,6	46,2
Aeronáuticos	97.344	111.767	(57.515)	(65.836)	39.829	45.931	40,9	41,1	59,1	58,9
Petróleo	31.511	36.024	(17.298)	(22.197)	14.213	13.827	45,1	38,4	54,9	61,6
Saúde	1.796	5.989	-	-	1.796	5.989	100,0	100,0	0,0	0,0
Aceitações do exterior	327.349	234.205	(96.582)	(54.128)	230.767	180.077	70,5	76,9	29,5	23,1
Total	2.322.037	1.659.159	(1.107.821)	(626.384)	1.214.216	1.032.775	52,3	62,3	47,7	37,8

Prêmio de retrocessão cedida por classe de Companhia:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Resseguradora local	12.230	15.164
Resseguradora admitida	696.438	375.131
Resseguradora eventual	399.153	236.089
Total	1.107.821	626.384

Prêmio de resseguro e retrocessão aceita por classe:

Seguradora	2.295.172	1.633.305
Resseguradora local	203	1.786
Resseguradora admitida	94	390
Resseguradora eventual	26.568	23.678
Total	2.322.037	1.659.159

22. Detalhamento de contas de resultado

a) Prêmios de resseguro	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Prêmio de resseguros	2.280.887	1.628.096
Prêmio risco vigente não emitido	14.286	5.209
Retrocessões aceitas	26.864	25.854
Variações das provisões técnicas	(305.938)	(204.615)
Total	2.016.099	1.454.544

b) Sinistros ocorridos	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Indenizações avisadas	(1.530.578)	(1.169.428)
Despesa com sinistro	(1.152)	(768)
Salvados e Ressarcimentos	2.219	3.758
Variações de sinistros ocorridos e não avisados	(250.584)	(183.002)
Total	(1.780.095)	(1.139.440)

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Anuais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

c) Custos de aquisição	31/12/2023	31/12/2022
Comissões	(54.594)	(42.343)
Variações de despesas de comercialização diferidas	8.005	5.581
Total	(46.589)	(36.762)
d) Outras receitas e despesas operacionais	31/12/2023	31/12/2022
Outras receitas de resseguro	313	1.398
Tarifa bancária	(30)	(4)
Despesas de administração de contratos	(2.181)	(2.878)
Participação nos lucros de resseguro aceito	(10.104)	(14.383)
Participação nos lucros de retrocessão aceita	(2.424)	(74)
Redução ao valor recuperável - Prêmios	(1.736)	(1.159)
Redução ao valor recuperável - Corretagem	524	245
Outras despesas de resseguro	(654)	(1.794)
Total	(16.292)	(18.649)
e) Resultado com retrocessão	31/12/2023	31/12/2022
Sinistros ocorridos e não avisados	193.415	130.475
Despesa com sinistro	156	293
Recuperação de indenização	603.117	401.646
Redução ao valor recuperável - Recuperação de indenização	(1.150)	(862)
Salvados e ressarcimentos	(651)	(1.606)
Redução ao valor recuperável - Prêmio cedido	1.603	599
Outros créditos	4.075	4.050
Prêmio de retrocessão cedido	(1.107.821)	(626.384)
Receita com participação nos lucros	7.856	8.279
Variações de prêmio retrocessão cedido	204.177	126.354
Outras despesas	(433)	(339)
Total	(95.656)	42.505
f) Despesas administrativas	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal próprio e encargos sociais	(23.553)	(22.036)
Incentivo baseado em ações	(690)	(2.862)
Localização e funcionamento	(3.591)	(3.178)
Serviços de terceiros	(30.271)	(25.798)
Depreciação e amortização	(4.233)	(3.477)
Publicidade e propaganda	(784)	(474)
Donativos e contribuições	(390)	(434)
Outros	(616)	(662)
Total	(64.128)	(58.921)
g) Despesa com tributo	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com COFINS	(22.968)	(13.158)
Despesas com PIS	(4.334)	(2.504)
Taxa de fiscalização	(2.481)	(2.636)
Outras	(5.819)	(5.340)
Total	(35.602)	(23.638)

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Anuais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

h) Resultado financeiro	31/12/2023	31/12/2022
Receitas		
Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado	50.485	26.580
Títulos disponíveis para venda	97.802	95.621
Operações de resseguros	178.556	240.150
Valorização cambial do disponível	3.076	7.788
Ajuste derivativos - Futuro	17.273	21.984
Outras receitas	703	913
Total Receitas	347.895	393.036
Despesas		
Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado	(588)	(1.061)
Títulos disponíveis para venda	(69.678)	(64.389)
Operações de resseguros	(176.509)	(238.787)
Desvalorização cambial do disponível	(13.657)	(10.248)
Juros sobre capital próprio	(14.861)	(17.000)
Ajuste derivativos - Futuro	(16.971)	(25.549)
Outras despesas	(2.889)	(1.313)
Total Despesas	(295.153)	(358.347)
Total	52.742	34.689
i) Resultado patrimonial	31/12/2023	31/12/2022
Juros sobre capital próprio	14.861	17.000
Total resultado patrimonial	14.861	17.000

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Anuais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

23. Responsáveis

Conselheiros

Bruno Augusto Sacchi Zaremba
Gabriel Felzenszwalb
Michel Cukierman

Diretor-presidente

Bruno de Abreu Freire

Diretoria

Rodolfo Arashiro Rodriguez

Controller

Mauro Reis D'Almeida

Contadora

Ana Carolina Gonçalves Schaefer
CRC RJ -113.827/O-0

Atuária

Brenda Fucci Cantisano
MIBA nº 2904